

**Relatório de Estágio: Juntos Contra a Fome na Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa**

**Tomás Filipe Ramalhete
Nº 37176**

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais, com especialização em Estudos Políticos de Área**

Setembro, 2014

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Estudos Políticos de Área, realizado sob a orientação científica de Carla Isabel Patrício Fernandes, Manuel Clarote Lapão e Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá.

Resumo

Relatório de Estágio: Juntos Contra a Fome na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Tomás Filipe Ramalhe

Palavras-Chave: avaliação caridade, campanha angariação de fundos, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), erradicação da fome e insegurança alimentar e nutricional, Juntos Contra a Fome.

O presente relatório é o resultado de um estágio curricular no Secretariado Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Este teve como propósito complementar o mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, sob a forma de componente não letiva, em conjunto com o presente relatório.

No relatório encontra-se uma descrição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua política de segurança alimentar e a sua campanha pela erradicação da fome e insegurança alimentar e nutricional, “Juntos Contra a Fome”, de forma a introduzir o contexto em que foi desenvolvido o estágio. Posteriormente é feita uma contextualização do próprio estágio e uma descrição do mesmo, incluindo como se desenvolveram as atividades dentro do mesmo.

É avançada uma inicial avaliação de “Juntos Contra a Fome” através de uma limitada revisão bibliográfica e de dados recolhidos através da distribuição de um questionário dentro do Secretariado Executivo. Através da análise dos dados recolhidos é possível explorar possíveis relações entre seis variáveis estabelecidas para o propósito deste relatório.

Abstract

Internship Report: Together against hunger¹ in the Community of Portuguese Language Countries

Tomás Filipe Ramalhete

Keywords: charity evaluation, Community of Portuguese Language Countries, eradication of hunger and food and nutritional insecurity, fundraising campaign, Juntos Contra a Fome.

This report is resultant from an academic internship in the secretariat of the Community of Portuguese Language Countries. The purpose was to complement the Master's in Political Science and International Relations with the internship in question, along with this report.

The report is made up by an initial description of the Community of Portuguese Language Countries, its policy on food security and its campaign for the eradication of hunger and food and nutritional insecurity, “Juntos Contra a Fome”, as a way of introducing the context within which the internship was carried out. Afterwards a contextualization and description of the internship itself is made, including an explanation of the tasks which were carried out within the scope of the internship.

The beginning of an assessment of “Juntos Contra a Fome” is developed by way of a limited bibliographic review and data collected through the distribution of a survey within the secretariat in question. Thanks to the analysis of the data collected it's possible to explore the possible relationships between six variables established for the purpose of this report.

¹ The name of the campaign, “Juntos Contra a Fome”, is Portuguese for “together against hunger”.

Índice

Resumo.....	ii
Abstract	iii
Lista de Abreviaturas.....	v
Introdução.....	1
1. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	2
1.1. História da CPLP	4
1.2. Segurança Alimentar e a CPLP.....	10
1.3. Juntos Contra a Fome.....	15
2. Estágio Curricular na CPLP.....	18
2.1. Enquadramento do estágio.....	18
2.2. Tarefas desenvolvidas	26
2.3. Análise do estágio	29
3. Análise de Juntos Contra a Fome	31
3.1. Metodologia	33
3.2. Análise e resultados	36
3.3. Conclusões do tratamento de dados	37
Conclusões	39
Bibliografia	43
Anexo 1 – Documento da campanha, “Campanha da CPLP: “ <i>Juntos Contra a Fome!</i> ””	i
Anexo 2 – Recomendações de Reunião de Altos Funcionários dos Ministérios do Interior e da Administração Interna da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Polícia, 9 de Abril de 2014.....	vii
Anexo 3 – Questionário de perspetiva da campanha	x
Anexo 4 – Análise da confiabilidade das variáveis CO e PO.....	xii
Anexo 5 – Médias de PO de acordo com envolvimento na campanha e análise Bonferroni de significância de envolvimento da campanha na variável PO	xiii
Anexo 6 – Correlações entre as variáveis	xiv
Anexo 7 – Médias e desvios padrão das variáveis	xvi

Lista de Abreviaturas

APACV – Associação Pequenos Agricultores de Cabo Verde

CCP – Comité de Concertação Permanente

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CO – Comunicação

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CONSAN-CPLP – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ES – Empreendedorismo Social

ESAN-CPLP – Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização para a Agricultura e Alimentação)

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FELP – Forum da Lusofonia e Fórum Empresarial de Língua Portuguesa

FENAPA – Federação Nacional das Associações de Pequenos Agricultores de São Tomé e Príncipe

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

Frelimo – Frente para a Liberação de Moçambique

GM – Gestão e Monitorização

HASATIL – Rede de Agricultura Sustentável de Timor-Leste

IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa

MP – Métricas de Performance

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NPSO - Non-Profit Social Organization

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OIM - Organização Internacional para as Migrações

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM – Programa Alimentar Mundial

PL – Planeamento

PO – Performance da Organização

PONG's – Plataforma de ONGs de Cabo Verde

ReAlimentar – Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RECSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe

REDSAN-CPLP – Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP

RESSAN-GB – Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau

ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SE - Secretário Executivo da CPLP

STP ESAN CPLP – Secretariado Técnico Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

UNAC – União Nacional dos Camponeses de Moçambique

UNACA – União Nacional das Associações de Agricultores e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola

Introdução

O estágio curricular do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Políticos de Área, decorreu no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de 7 de Outubro de 2013 a 5 de Maio de 2014. O estágio teve uma carga horária total de cerca de 800 horas.

No Secretariado Executivo, era função apoiar o Gabinete de Cooperação, principalmente em assuntos relacionados com o desenvolvimento da campanha pela erradicação da fome e insegurança alimentar e nutricional, “Juntos Contra a Fome”.

No primeiro capítulo é feita uma introdução à CPLP e sua história, exposição das suas políticas de Segurança Alimentar desde a fundação da organização e apresentação e contextualização de “Juntos Contra a Fome”.

No capítulo seguinte é explorado como o estágio se enquadra dentro de Ciência Política, Relações Internacionais e, principalmente, Estudos de Área, são expostas as tarefas desenvolvidas no estágio, e feita uma breve análise do mesmo sob a forma de considerações de como este se enquadra não só dentro do âmbito das disciplinas supramencionadas, mas também dentro da vida pessoal e profissional, e seu futuro, do estagiando.

O terceiro capítulo procura realizar uma breve análise de “Juntos Contra a Fome”. É discutido como poderia ser avançada uma avaliação da campanha e realizada uma análise da perspectiva dos funcionários no Secretariado Executivo da mesma sob a forma de um breve questionário.

Por fim, são desenvolvidas conclusões dos diversos temas e assuntos supramencionados de forma a identificar sucintamente quais foram os conhecimentos adquiridos como resultado do estágio curricular.

1. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização intergovernamental de concertação político-diplomática, cooperação entre os Estados membros, e promoção e difusão da Língua Portuguesa. É constituída pelos países que têm o português como língua oficial, sendo assim constituída por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A CPLP também conta com “Observadores”, os quais podem ser “Associados” ou “Consultivos”. Ambos os tipos de Observadores têm que partilhar os princípios orientadores da CPLP (CPLP, 2012a: 1 & 2); os Observadores Associados são Estados, Organizações Internacionais, Universais ou Regionais, organismos intergovernamentais e entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos, e os Observadores Consultivos podem ser quaisquer organizações de carácter público ou privado (CPLP, 2012c: 3). A CPLP tem mais de quarenta Observadores Consultivos², e tem como Observadores Associados a República da Ilha Maurícia e o Senegal.

A CPLP é regida pelos princípios de: igualdade soberana dos Estados membros; não-ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa (CPLP, 2012a).

A CPLP é constituída pela Conferência de Chefes de Estado e do Governo, o Conselho de Ministros, o Comité de Concertação Permanente (CCP), o Secretariado Executivo, as Reuniões Ministeriais Sectoriais, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a Assembleia Parlamentar (CPLP, 2012a: 4).

² Uma lista completa dos Observadores Consultivos está disponível no sítio eletrónico da organização em: <<http://www.cplp.org/id-165.aspx>> [Consultado em: 17/02/2014].

A Conferência de Chefes de Estado e do Governo consiste no órgão da CPLP de mais alto nível, as suas decisões são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados Membros. A Conferência tem como competências a definição e orientação da política geral e estratégias da CPLP, adotar os instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos Estatutos da CPLP (CPLP, 2012), criar as instituições necessárias para o “bom funcionamento” da CPLP e eleger o Presidente e Secretário Executivo da CPLP (CPLP, 2012a: 5).

O Conselho de Ministros é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores dos Estados Membros. As suas decisões também são tomadas por consenso, e tem como competências a coordenação das atividades da CPLP, a supervisão e gestão de diversas áreas de funcionamento da CPLP, e a formulação de recomendações Conferência de Chefes de Estado e de Governo relativamente a assuntos de política geral e de outros assuntos necessários para o funcionamento e desenvolvimento da CPLP (CPLP, 2012a: 6).

O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo, que é eleito a cada dois anos mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros, e é assistido pelo Diretor-geral. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem como competências a implementação de decisões de outros órgãos da CPLP³ para além de diversas outras atividades de organização e administração de programas, reuniões e decisões da CPLP (CPLP, 2012a: 7).

O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada Estado membro e compete-lhe acompanhar o cumprimento por parte do Secretariado Executivo de decisões e recomendações de outros órgãos da CPLP, embora possa constituir grupos de trabalho para assistir nas tarefas (CPLP, 2012a: 7).

As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais para coordenarem ações de concertação e cooperação nesses mesmos setores (CPLP, 2012a: 9).

³ Da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comité de Concertação Permanente.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação reúne os responsáveis pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP e assessora os demais órgãos da CPLP em todas as questões relativas a cooperação (CPLP, 2012a: 9).

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa é dotado de estatutos próprios e “tem como objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais” (CPLP, 2012a: 3 e 4).

A Assembleia Parlamentar reúne representações dos Parlamentos dos Estados membros, de acordo com os resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países, para analisar/apreciar, debater e/ou emitir pareceres relativamente a atividades e programas da CPLP, e as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP (CPLP, 2010: 10).

1.1. História da CPLP

Bernardino e Leal (2011) identificam a primeira referência à criação de uma comunidade de países de Língua Portuguesa com a ideia, que não se viria a concretizar, de criar uma confederação que serviria para promover uma união política, económica e cultural entre Portugal e Brasil proposta à Assembleia-geral da Sociedade de Geografia de Lisboa (Bernardino & Leal, 2011: 20).

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) de certa forma poderá ser identificada como uma organização que apesar de não partilhar os princípios fundadores da CPLP ou ser seu antecedente direto, não deixa de representar antecedentes iniciais para a formação de uma organização de concertação político-diplomática dos países de Língua Portuguesa⁴. A CONCP formada a inícios dos anos 60 pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Frente para a Libertação de Moçambique (Frelimo) e Movimento Popular de Libertação de Angola

⁴ Outros possíveis exemplos de organizações que podem representar antecedentes não diretos à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa são União das Comunidades de Cultura Portuguesa e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa, ambas formadas em 1964.

(MPLA) para formar uma oposição diplomática conjunta contra as políticas africanas de Portugal (MacQueen, 2003: 8 & 9). Segundo MacQueen (2003) a CONCP iria contribuir para uma consolidação da ideologia Marxista já presente nos três movimentos nacionalistas e encontraria continuidade com a Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), criada em 1979.

A primeira referência ao termo “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” em si é identificada por Bernardino e Leal (2011) num discurso em Cabo Verde, em 1984, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal na altura, Jaime Gama (Bernardino & Leal, 2011: 21).

Segundo Santos (2003) com o “espírito de Bissau” começou um período de contatos mais próximos entre Portugal e as suas antigas colónias africanas o qual levaria Jaime Gama a defender a possibilidade de institucionalizar os laços diplomáticos que se estavam a formar com uma cimeira bienal de Chefes de Estado, reuniões anuais de ministros e reuniões frequentes entre representativos dos Ministérios de Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores; um Secretariado Permanente iria gerir todas estas iniciativas de concertação entre os diversos países de língua portuguesa (Santos, 2003: 4 & 5).

A criação formal da CPLP foi precedida pela criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) (Tavares & Bernardino, 2011: 623). A IILP foi criada com uma proposta do governo brasileiro em Novembro de 1989 em São Luís do Maranhão, a convite do Presidente brasileiro José Sarney, no que esteve para ser o primeiro encontro dos Chefes de Estado dos sete países que futuramente iriam formar a CPLP, mas não contou com a presença do Presidente de Angola⁵ (Monteiro, 1996: 49). A IILP tinha como objetivo a promoção e difusão do Português e tornar-se ia uma das instituições que formam parte da CPLP após a criação da mesma (Bernardino & Leal, 2011: 21 & 22).

⁵ Angola ainda assim fez-se representar no encontro.

Em Setembro de 1993 os Ministros dos Negócios Estrangeiros⁶ dos sete países que iriam fundar a CPLP⁷ reuniram-se em Nova Iorque “à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas” (Monteiro, 1996: 49). Em Março do mesmo ano, José Aparecido de Oliveira, na altura embaixador do Brasil em Lisboa, apresentaria ao Presidente brasileiro, Itamar Franco, o projeto para o que viria a ser a CPLP (Bernardino & Leal, 2011: 21 & 22). Em Fevereiro de 1994 voltaram a reunir-se⁸ em Brasília e concordaram em recomendar junto dos seus respetivos governos uma Cimeira de Chefes de Estado para adotarem o ato constitutivo da CPLP (Monteiro, 1996: 49), e na criação de um Grupo de Concertação Permanente constituído pelo Diretor Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelos embaixadores dos restantes países em Lisboa para trabalharem a Declaração Constitutiva e Estatutos da futura CPLP (Bernardino & Leal, 2011: 21 & 22). Inicialmente havia planos, que nunca se viriam a concretizar, para a criação de um “Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa” para agir no âmbito político e a criação de uma “Universidade dos Sete” para, juntamente com o IILP, operar na esfera cultural (Alves, 1995: 85 & 86).

A CPLP esteve para ser criada a 28 de Junho de 1994 e a 29 de Novembro de 1994, mas devido a cancelamentos de comparência por parte de Chefes de Estado em nenhuma das datas se realizaria a criação formal da organização. Itamar Franco mostrou-se indisponível pouco antes do evento de Junho e os países africanos logo também decidiram não ir ao evento. O suposto evento de Novembro foi marcado pela declaração de José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, de que não iria ao mesmo como resultado da interferência de Portugal nos “assuntos internos” de Angola (Santos, 2003: 7 & 8).

Em Julho de 1995 numa reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores foi aceite o trabalho do Grupo de Concertação Permanente, que passou a denominar-se de Comité de Embaixadores, e foi marcada uma Cimeira para o final do primeiro semestre de 1996 em Lisboa. Antes desta Cimeira, em Abril de 1996, realizou-se uma reunião ministerial em Maputo que definiu os princípios e principais

⁶ Ou Ministros das Relações Exteriores, dependendo do país.

⁷ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

⁸ O ministro de Angola não esteve presente e fez-se representar.

objetivos para a Declaração Constitutiva e os Estatutos da CPLP (Bernardino & Leal, 2011: 22 & 23).

A CPLP foi formalmente criada a 17 de Julho de 1996. Inicialmente tinha sido acordado que Aparecido de Oliveira iria ser o Primeiro Secretário, mas devido a insistências de Angola de que seja por consenso ou pela adoção de uma rotação da posição pelos países, por ordem alfabética, o primeiro Secretário Executivo deveria ser Angolano, foi escolhido Marcolino José Carlos Moco (Santos, 2003: 8). Na altura a organização ainda tinha muito por definir, ainda faltavam os mecanismos e instrumentos, uma lista de prioridades e projetos e uma linha estratégica (Lopes, 2006).

Foi estabelecida a Conferência de Chefes de Estado e do Governo, o Conselho de Ministros, o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo. A Conferência de Chefes de Estado e do Governo consiste no órgão da CPLP de mais alto nível, o Conselho de Ministros coordena e gere uma série de atividades da CPLP⁹, o Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e o CCP acompanha o cumprimento das tarefas do Secretariado Executivo (CPLP, 2010).

Desde o início que houve grandes dificuldades na organização da CPLP. O modelo de organização da CPLP previa estruturas executivas e de consultoria nas quais o Secretariado se poderia apoiar, mas, durante todo o seu primeiro semestre de existência, o Secretariado só contava com o apoio de duas secretárias administrativas (Lopes, 2006: 36 e 37). Em Março de 1997 apenas Angola, Brasil, Moçambique e Portugal tinham pago as quotas devidas pelos Estados membros para financiar o funcionamento da CPLP. Brasil e Portugal tinham prometido quatro milhões de dólares e um milhão de dólares, respetivamente, para ajudar na formação inicial da CPLP, mas no final de 1997 nenhum dos fundos tinha sido recebido (Lopes, 2006:37). Perante esta situação, Marcolino Moco, Secretário Executivo na altura, chegou a acusar o Ministério de Negócios Estrangeiros português de estar a reter fundos propositadamente para poder aplicar pressões sobre o Secretariado da CPLP (Lopes, 2006: 37 e 38).

⁹ Principalmente em apoio à Conferência de Chefes de Estado e do Governo.

Ainda assim, não deixou de ser alcançado progresso. Marcolino Moco tinha definido como prioritário a ratificação do tratado constitutivo por todos os Estados membros, a ratificação do acordo ortográfico, a promoção de encontros interparlamentares, o estabelecimento de procedimentos comuns para a atribuição de vistos de passagem e residência e a promoção de diversas outras medidas de cooperação setorial (Lopes, 2006: 36). Também tinham sido estabelecidas como prioridades para a CPLP o reconhecimento formal da CPLP por outros países e organizações internacionais, promover colaboração diplomática entre os Estados membros, a convergência de práticas administrativas e a liberalização de trocas comerciais entre os Estados membros (Lopes, 2006: 36). Aquando da II Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Julho de 1998 já todos os Estados membros tinham ratificado o acordo, foram estabelecidos acordos de cooperação com diversas instituições¹⁰ e também foi aprovado o Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP, 1998). Uma base formal para encontros interparlamentares foi estabelecida em 2007 com a formação da Assembleia Parlamentar da CPLP (CPLP, 2007). O acordo ortográfico e o estabelecimento de procedimentos comuns para a atribuição de vistos de passagem e residência são ambos campos que continuam em desenvolvimento, mas nos quais já se fez progressos (p.e. CPLP, 2004 & CPLP, 2006a).

Durante os próximos anos a CPLP foi criticada pela sua falta de ação aquando das cheias de Moçambique de 1999 e pelo seu silêncio perante questões de violações de Direitos Humanos nos seus Estados membros (Santos, 2003: 9 e 10). A Crise de 98-99 em Guiné-Bissau é considerada por MacQueen (2003) como demonstrativa do papel internacional da CPLP. Tendo a CPLP, impulsionada em parte por Portugal, tido um pequeno sucesso ao início com as suas contribuições a estabelecer negociações de paz entre ambas as partes envolvidas, mas ter sido depressa ofuscada pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental; assim demonstrando os limites diplomáticos e institucionais da CPLP (MacQueen, 2003).

¹⁰ Instituto Camões, Fundação BIAL, Organização Internacional para as Migrações (OIM), Forum da Lusofonia e Fórum Empresarial de Língua Portuguesa (FELP).

Já desde 1996 que Timor Leste tinha o estatuto de observador na CPLP para "divulgar a violação dos Direitos do Homem naquele território então (teoricamente) sob administração portuguesa, mas ocupado pela Indonésia" (Lopes, 2006: 32), mas na Conferência de Chefes de Estado e de Governo de 2000, em Maputo, é defendido que a autodeterminação e independência de Timor é a única solução face aos massacres ocorridos no território (CPLP, 2000a: 1). O convite à presença timorense é não só para reuniões governamentais, como também para não-governamentais (CPLP, 2000a: 2). Na Conferência de Chefes de Estado e de Governo seguinte, Timor iria aderir formalmente à CPLP como um Estado membro em pleno direito (CPLP, 2002).

Segundo Santos (2013: 9 e 10), nesta mesma Conferência notou-se um redireccionamento da CPLP para uma direcção mais cultural, direccionamento confirmado pela escolha de uma Secretária Executiva com um historial académico, Dulce Maria Pereira. Na realidade, na Declaração de Maputo (CPLP, 2000a) o conteúdo político não só é significativo como até mesmo em maior número que em declarações anteriores.

Na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo foram estabelecidas as Reuniões Ministeriais Sectoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação foi integrada como um órgão da CPLP. As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais para coordenarem ações de concertação e cooperação nesses mesmos setores. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação reúne os responsáveis pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP e assessora os demais órgãos da CPLP em todas as questões relativas a cooperação (CPLP, 2012a).

Em Junho de 2006, na VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Bissau, foi atribuído o estatuto de Observador Associado à República da Guiné Equatorial e à República da Ilha Maurícia. A República do Senegal obteria o estatuto de Observador Associado em 2008, na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, passando a gozar dos direitos enumerados no artigo 7º dos Estatutos (CPLP, 2008a). Foi também na VII Conferência que foi chamada a atenção para a vontade de “prosseguir a aproximação à Guiné Equatorial, enquanto Observador

Associado da CPLP, privilegiando a difusão e o ensino da Língua Portuguesa no país e a promoção de um relacionamento bilateral económico e comercial, traduzindo a vontade política de apoiar a integração do país na Comunidade” (CPLP, 2008b: 5). Na Conferência seguinte, a VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, aceitou-se a aproximação de países “fora do espaço da Língua Portuguesa” como uma ação que prestigia e projeta política e economicamente a CPLP, resultando na aceitação das candidaturas à categoria de Observador Associado de Marrocos, Ucrânia e Suazilândia (CPLP, 2010: 6).

Na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, houve progresso na adesão da Guiné Equatorial, com o estabelecimento de um Grupo Permanente de Acompanhamento Conjunto para “monotorizar” e “ajudar” a “Guiné-Equatorial a implementar as ações acordadas, para que possa convergir com os Objetivos e Princípios Orientadores da Comunidade, respeitando as disposições estatutárias da CPLP” (CPLP, 2012b: 5). Na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a Guiné Equatorial foi aprovada como Estado membro da CPLP.

1.2. Segurança Alimentar e a CPLP

A questão da segurança alimentar e nutricional esteve presente nas considerações da CPLP desde muito cedo. Já em Novembro de 1996 com a Declaração de Lisboa resultante do II Encontro de Ministros da Agricultura da CPLP (CPLP, 1996a) encontramos uma referência aos “graves problemas de alimentação e má nutrição” (CPLP, 1996a: 3). No documento estes problemas são posicionados como uma “chave essencial ao desenvolvimento” (CPLP, 1996a: 3), em conformidade com o resto do documento que procura essencialmente discutir a necessidade de desenvolvimento e cooperação na área da Agricultura. Também não deixa de referir a necessidade de “adopção de políticas económicas que assegurem um desenvolvimento duradouro e uma segurança alimentar às gerações presentes e futuras” (CPLP, 1996a: 3), de acordo com o compromisso da CPLP para com a Cimeira Mundial da Alimentação realizada em Roma, Novembro de 1996.

Pinto e Seck (2013) identificam o interesse em formulação de políticas e estratégias de segurança alimentar e nutricional no “crescente reconhecimento político dos problemas da pobreza no plano nacional; ii) os compromissos e prioridades assumidos pelos países em matéria de luta contra a fome no plano internacional⁴; iii) a intervenção da FAO no âmbito do apoio à formulação de programas de SAN⁵; iv) a crescente intervenção da sociedade civil, progressivamente mais informada, capacitada e dinâmica” (Pinto & Seck, 2013: 135).

Em Julho de 2003, em Coimbra na VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, com a Resolução sobre o Combate à Fome em Países da CPLP (CPLP, 2003) é reiterada a importância da segurança alimentar e nutricional, sendo posicionada desta vez não apenas como importante para o desenvolvimento, mas também pela sua falta resultar “num círculo vicioso, para agravar os efeitos de doenças endémicas como o HIV/SIDA, a tuberculose e a malária” (CPLP, 2003: 1). A CPLP também decide “reforçar as actividades da CPLP que visem o combate à fome e à miséria” (CPLP, 2003: 1) principalmente através do contato com organizações relacionadas com a luta contra a fome, especialmente aquelas das Nações Unidas como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO)¹¹. Em termos de iniciativas especificamente da CPLP decide-se “coordenar posições com os Estados membros nas negociações económico-comerciais multilaterais”, “estimular a troca de informações entre os Estados membros sobre as suas experiências nacionais na formulação e gestão das estratégias de combate à fome” e definir uma “uma estratégia da Comunidade de resposta rápida a situações de crise alimentar nos Estados membros” (CPLP, 2003: 2).

Em coordenação com a FAO foi decidido, em 2007, que cada Estado membro realizaria uma avaliação das suas necessidades de “fortalecimento das capacidades nacionais”, as quais constituiriam as “bases de uma cooperação sul-sul de longo prazo entre os membros da CPLP” (FAO, 2007: 2). Seria também estabelecida uma cooperação nas diversas iniciativas já em lugar em África e mecanismos de comunicação e intercâmbio

¹¹ Com a qual já tinha sido estabelecido um protocolo de cooperação em 1999 (CPLP & FAO: 1999). Este documento compreende principalmente o estatuto de Observador da FAO na CPLP e trocas de informações entre as duas organizações, sendo as atividades conjuntas “em sectores a determinar”.

de informação; “a fim de sistematizar os procedimentos e aumentar a eficiência nas actividades de formulação e mais para frente de implementação” (FAO, 2007: 18).

Também em 2007 foi lançada formalmente a Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN-CPLP). A REDSAN-CPLP consiste num espaço para redes nacionais da sociedade civil¹² trabalharem em conjunto para “fortalecer o diálogo com os governos e organismos internacionais no sentido de influenciar a agenda política para a SAN, soberania alimentar e direito humano à alimentação no espaço lusófono” (Pinto & Seck, 2013: 138). As suas actividades “centram-se no trabalho em rede, construção de parcerias, pesquisa, capacitação e partilha de conhecimento, bem como ações de lobby e advocacia que contribuem para influenciar a definição, implementação e monitoria das políticas de SAN” (Pinto & Seck, 2013: 138 & 139).

Na XIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros a Julho de 2008, em Lisboa, foi passada a Resolução sobre a Segurança Alimentar (CPLP, 2008b). Este documento põe ênfase em como a insegurança alimentar e nutricional representa um problema para os Estados membros ao resultar numa necessidade de desvio de recursos destinados a programas de desenvolvimento e em retrocessos no progresso com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). É reiterada a importância de coordenação com organizações das Nações Unidas e saudadas as iniciativas de diversas outras organizações internacionais. Dentro da própria CPLP, decide-se “incentivar os Ministérios da área da agricultura, em coordenação com outros órgãos competentes dos governos dos Estados membros (...) a aprofundar a conjugação de esforços com vista à definição e adopção de políticas e medidas, a executar em conjunto” (CPLP, 2008b: 2).

¹² De Angola, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre Segurança Alimentar e Nutricional; do Brasil, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); de Cabo Verde, a Plataforma de ONGs de Cabo Verde (PONG's); da Guiné-Bissau, a Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau (RESSAN-GB); de Moçambique, a Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (ROSA); de Portugal, a Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ReAlimentar); de São Tomé e Príncipe, a Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RECSAN-STP); de Timor-Leste, a Rede de Agricultura Sustentável de Timor-Leste (HASATIL).

A Julho de 2009 é aprovada a Resolução sobre o Programa TeleFood (CPLP, 2009) na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na Cidade da Praia. Esta faz menção de diversas resoluções das Nações Unidas, especialmente da FAO, relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, e refere a necessidade de tomar ações estratégicas de luta contra a fome para “impulsionar a sua [da CPLP] imagem internacional” (CPLP, 2009: 2). A Resolução reconhece uma “necessidade de envolver todos os sectores da sociedade civil, bem como de mobilizar todos recursos humanos, técnicos e financeiros para ajudar os países a cumprirem os seus compromissos nacionais de alcançarem segurança alimentar para todos” (CPLP, 2009: 2) e, como tal, decide “instar cada Estado membro da CPLP a organizar, todos os anos, no âmbito do Dia Mundial da Alimentação e do seu tema anual, eventos TeleFood” (CPLP, 2009: 3).

A Resolução sobre a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CPLP, 2011) foi passada a Julho de 2011, em Luanda, na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esta defende uma “institucionalização progressiva do tema Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP e da sua governabilidade a nível regional, reconhecendo esta área como vetor fundamental de cooperação na CPLP” (CPLP, 2011: 3).

A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ESAN-CPLP) foi aprovada em 2011 (Pinto & Seck, 2013: 136) a qual busca “unir esforços conjunturais e (ou) estruturais (nos Estados da CPLP) em matéria de luta contra a fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)” (Lima, et al., 2013: 17). Esta tem como principais prioridades os camponeses e produtores familiares, o fortalecimento da produção familiar, e a promoção do acesso à alimentação e melhoria dos modos de vida (Lima, et al., 2013: 18 & 19). Com a ESAN o combate à fome e a segurança alimentar e nutricional foram discutidos ao mais alto nível da CPLP e Estados membros, mas também permitiu uma maior intervenção da sociedade civil, resultando numa “participação social e diálogo político mais efetivo” (Pinto & Seck, 2013: 138).

O Secretário Executivo (SE) da CPLP, Domingos Simões Pereira, deslocou-se a Roma nos dias 10 e 11 de Maio, para participar em reuniões com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e com o Programa Alimentar Mundial (PAM). Em Julho desse mesmo ano foi inaugurado o Gabinete da FAO em Lisboa, na Sede da CPLP.

Em 2012, na Cimeira Rio+20, foi lançada a “Plataforma de Camponeses da CPLP”. A Plataforma de Camponeses da CPLP foi criada pela organizações representantes de cada Estado membro¹³, para servir de plataforma para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais da CPLP; tendo como objetivo “conformar um espaço de articulação entre as organizações representativas da agricultura familiar e pequenos agricultores da CPLP” (Federações de Pequenos Agricultores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2012: 3)¹⁴.

A IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Julho de 2012 em Maputo, teve o tema de “A CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional” (CPLP, 2012c). Nesta, é estabelecido que é necessário uma parceria global, “envolvendo atores da sociedade civil e do setor privado, dos parceiros de cooperação, das organizações especializadas das Nações Unidas, das instituições internacionais de financiamento e das organizações de cariz regional”, para “minimizar os efeitos da fome à escala global” (CPLP, 2012c: 1& 2). Nesta mesma também são criados o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), para servir de “plataforma ministerial e de multi-atores para a coordenação das ações desenvolvidas na área de segurança alimentar e nutricional e assessoria aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP” (CPLP, 2012d: 2), e o Secretariado Técnico Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (STP ESAN CPLP), para assumir “funções de

¹³ União Nacional das Associações de Agricultores e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (UNACA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Associação Pequenos Agricultores de Cabo Verde (APACV), Federação Camponesa KAFO, União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC), Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Federação Nacional das Associações de Pequenos Agricultores de São Tomé e Príncipe (FENAPA).

¹⁴ Para além de servir de “espaço de articulação” a Plataforma também procura fomentar a troca de informações e experiências, e potencialização de sinergias (Federações de Pequenos Agricultores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2012: 3).

coordenação técnica e administrativa da CPLP para a área da Segurança Alimentar e Nutricional” (CPLP, 2012d: 2).

O COSAN conta com a participação de representantes dos governos, sociedade civil, setor privado e meio académico; também estabelece ligações com instâncias relevantes para a governança da segurança alimentar e nutricional a nível internacional (Lima, et al., 2013: 20).

De acordo com anteriores considerações da Telefood e da FAO, e resoluções relativamente à segurança alimentar e nutricional, a Julho de 2013 em Maputo, foi aprovada a iniciativa “Juntos contra a Fome, Alimentando a Esperança na CPLP” (CPLP, 2013).

1.3. Juntos Contra a Fome

Juntos Contra a Fome¹⁵ consiste numa iniciativa da CPLP, em colaboração com a FAO, aprovada na XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Trata-se de uma campanha de angariação de recursos para iniciativas previstas na ESAN-CPLP. O objetivo central consiste na angariação de fundos para financiar projetos que contribuam para a implementação da ESAN-CPLP (CPLP, 2013).

A campanha segue os eixos de intervenção prioritários da ESAN-CPLP de reforço da governabilidade do sistema alimentar, apoio imediato e sustentável às populações mais marginalizadas, e aumento da produção de alimentos com base em modelos de produção, processamento e distribuição sustentáveis, e com ampla participação dos pequenos produtores agrícolas (Anexo 1). Com a consideração de estes eixos prioritários, as áreas de intervenção de projetos que sejam financiados pela campanha foram divididas em: Territórios Livres da Fome, Agricultores Sem Fome e Crianças com Futuro. “Territórios Livres de Fome” procura englobar iniciativas que busquem melhorar o acesso a meios de produção e a serviços que apesar de não serem diretamente meios de produção contribuam para a segurança alimentar de comunidades locais¹⁶. “Agricultores Sem Fome”

¹⁵ Inicialmente denominada de “Juntos Contra a Fome, Alimentando a Esperança na CPLP!”.

¹⁶ Tal pode, por exemplo, englobar serviços como aqueles de Educação e Saúde.

procura fomentar iniciativas que ajudem os agricultores familiares nos espaços da CPLP, através de iniciativas como intercâmbio de conhecimentos entre estes mesmos. “Crianças com Futuro” abrange iniciativas para o “reforço e construção de redes de apoio social visando a resolução imediata das situações de subnutrição infantil e das mulheres” (Anexo 1).

Juntos Contra a Fome é fortemente inspirada pela iniciativa Telefood Special Fund, da FAO,¹⁷ de constituir um fundo que seja posteriormente utilizado para o financiamento de projetos que procurem realizar ações que melhorem a segurança alimentar e nutricional, e as condições de vida das comunidades rurais. Esta metodologia foi reconhecida pelo Conselho de Ministros como “mecanismo pertinente para a angariação de recursos utilizados para financiar projetos de combate a fome, em benefício das comunidades mais vulneráveis” (CPLP, 2013: 1). Já em 2003 havia cooperação entre a FAO e a CPLP, mas “Juntos Contra a Fome” representa, ainda assim, um novo nível de iniciativa. “Juntos Contra a Fome” é uma iniciativa específica da CPLP que procura lidar com uma problemática comum a todos os seus Estados membros (mesmo que a níveis diferentes), através de uma iniciativa desenvolvida pela própria CPLP e não por um grupo de trabalho com representantes dos diversos Estados membros para resultar em políticas nacionais de acordo com o acordado pelo grupo.

O desenvolvimento da campanha foi planeado com uma inicial fase de preparação e planeamento de campanha, com a formação de Grupos de Coordenação Local¹⁸ para coordenação dos esforços de campanha pelos diversos países em questão; mobilização do setor empresarial, para discussão de contribuições e termos de exposição, e de figuras públicas, cuja presença na sociedade civil poderiam contribuir para a campanha não só ao servir de “rosto” da campanha, mas também por poderem desenvolver atividades dentro do âmbito da campanha para recolha de fundos; divulgação da campanha na sociedade

¹⁷ E também, mas a um muito menor grau, inspirada pela Criança Esperança, Sic Esperança e atividades da Action Against Hunger.

¹⁸ Grupos a serem estabelecidos em cada um dos Estados membros da CPLP para realizarem atividades e tarefas que requeiram a especificidade da sua localização geográfica e para facilitarem a coordenação entre os diversos países.

civil e organização de diversas iniciativas dentro do âmbito da campanha para a recolha de fundos; encerramento da campanha com uma Gala Final a ser emitida por televisão em todos os Estados membros da CPLP.

A campanha foi oficialmente lançada em Maputo no dia 20 de Fevereiro de 2014 pelo Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza. A partir do lançamento da campanha começaram a ser divulgados os meios de contribuição para a campanha, organizados eventos de angariação de fundos, e renovados esforços de contato com o setor privado e com figuras públicas para assegurar os seus contributos para a campanha.

2. Estágio Curricular na CPLP

2.1. Enquadramento do estágio

A decisão de realizar um estágio curricular no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para o cumprimento da componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos Políticos de Área, é principalmente o resultado de uma vontade de pôr em prática os diversos tipos de conhecimentos adquiridos tanto no Mestrado como na Licenciatura.

A CPLP, devido à sua natureza de instituição intergovernamental de concertação político-diplomática com uma grande variedade de campos de ação e cooperação, permite o envolvimento nas atividades diárias de uma instituição cujo funcionamento gira à volta das Relações Internacionais. Desta forma, o estágio permitiu a complementaridade dos conhecimentos teóricos já previamente obtidos durante o Mestrado com novos conhecimentos do funcionamento prático de uma instituição de ação nos campos de tanto Relações Internacionais como Ciência Política. Trata-se pois da aquisição de ferramentas para uma mais completa capacidade de explicação de questões internacionais, incluindo as relacionadas com o campo político.

Visto que o estágio tinha sido organizado para ajudar no desenvolvimento da campanha “Juntos Contra a Fome” com particular incidência nos campos de Finanças e Gestão, também permitiu o aprofundamento de conhecimentos anteriormente adquiridos na Licenciatura em Gestão na Universidade Nova de Lisboa, Nova School of Business and Economics¹⁹. Desta forma, o estágio permitiu uma simultânea utilização das metodologias de Finanças, Contabilidade, Gestão de Operações e outros campos, com as metodologias de investigação, tanto quantitativas como qualitativas, mais ligadas ao Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais.

A CPLP, apesar de ser uma organização de concertação político-diplomática, também contribui para o desenvolvimento das competências do campo de Ciência Política pela necessidade de conhecimento e constante consideração das implicações e

¹⁹ Na altura da Licenciatura ainda apenas denominada de Faculdade de Economia.

motivações políticas dos Estados membros e diversas outras partes envolvidas nas atividades da CPLP. Sendo necessário conhecer a história política, estratégias e perspectiva teórica de Relações Internacionais, o estágio implicou a recolha de informações e compreensão de posições políticas para um cumprimento eficaz das funções.

O grande âmbito de atividades da CPLP é demonstrativo de como esta mesma está envolvida em numerosas atividades de interesse para tanto Relações Internacionais como Ciência Política. Desde envolvimento em conflitos nacionais como o de Guiné Bissau, e internacionais como a independência de Timor Leste e sua posterior reconstrução em cooperação com as Nações Unidas (CPLP, 2000b), a questões como acompanhamento e monitorização de processos eleitorais (CPLP, 2002).

Assim, foi realizado um estágio no qual se procurou desenvolver as competências relacionadas tanto com Ciência Política e Relações Internacionais num ambiente profissional e organizacional, para a aplicação dos conhecimentos anteriormente adquiridos na componente letiva do Mestrado. O posicionamento do estágio dentro do âmbito de Estudos Políticos de Área não é tão evidente. Os Estados membros da CPLP não compõem uma das áreas de estudo tradicionais de Estudos de Área, mas tal não significa que não sejam relevantes para Estudos de Área, que não possam constituir uma área de estudo.

Há autores que defendem que a CPLP partilha uma cultura, e certos ideais e princípios (p.e. Monteiro, 1996; Carneiro, 2006; Alves, 1995), pelo que cumpre o critério de Lewis e Wigen (1997) de “shared ideas, related lifeways, and long-standing cultural ties” (Lewis & Wigen, 1997: 158). Por outro lado, não deixa de ser uma série de países separados geograficamente, pelo que não cumpre o critério de *place* de Estudos de Área como explicado em *Geography, Globalization, and the Problematic of Area Studies* (Sidaway, 2013).

Schendel (2002) identifica três formas principais de ver as áreas de estudo académico: como um *place*, como um local para a produção de conhecimento e como uma “máquina” institucional. Uma área como um *place* consiste na consideração da

mesma como um espaço físico, uma região geográfica, que é um bloco homólogo com características físicas e culturais que o distinguem dos restantes espaços físicos. Uma área como um local para a produção de conhecimento consiste na consideração de se pode considerar “Área” qualquer objeto que apresente uma problemática teórica, cuja consideração resulte em novas questões e metodologias as quais são necessárias compreender. Por último, uma Área como uma “máquina” institucional consiste na ideia de que existe uma área quando também existe uma “comunidade” de académicos a nível transnacional, obras de referência e estruturas de autoridade e patronagem que cria um espaço institucional que protege, promove e providencia validade às considerações de um espaço como uma “Área” (Schendel, 2002: 649 e 650).

Sidaway (2013) em *Geography, Globalization, and the Problematic of Area Studies* também argumenta como *human geography* é um fator importante e como a geografia é frequentemente mantida à margem (Sidaway, 2013: 988). A defesa do Oceano Índico como uma área poderá ser um bom exemplo. Os seus territórios não cumprem os critérios normalmente estabelecidos relativos a espaço-físico ao estarem divididos por um Oceano e ainda assim tem grandes defesas deste mesmo espaço como uma área (p.e. Dowdy, 1985), revistas científicas como *The Indian Ocean Review*, centros de investigação como o Centre for Indian Ocean Regional Studies da Curtin University of Technology. Como uma área de estudo mais estabelecida dentro de Estudos de Área que passa pelo mesmo tipo de problemas temos o Sudeste Asiático. Devido a descontinuidade dos territórios que compõem o Sudeste Asiático, “Southeast Asianists have emphasised the human ties that make the region a unit” (Schendel, 2002:649). Mesmo que a divisão geográfica dos Estados membros da CPLP seja muito mais flagrante que dos países no Oceano Índico e do Sudeste Asiático, não deixam de ser casos relevantes visto que os Estados membros da CPLP também são frequentemente agrupados por autores devido a considerações de Lusofonia (p.e. Chunha, 2012), cursos como Estudos Portugueses e Lusófonos na Universidade do Minho e a revista científica *Lusotopie*.

Torna-se assim aparente como há uma certa possibilidade de consideração do espaço físico dos Estados membros da CPLP que é ajudada pelas considerações da

existência de uma “Lusofonia”²⁰, que resultou na criação do tipo de elementos que constituem uma “máquina” institucional²¹.

Diversos autores defendem a Lusofonia assente numa base linguística, nomeadamente Vilela (2002), Alves (1995) e Pereira (2010). Para Lopes (2006) a promoção da Língua foi prioritária desde o início para a CPLP os Estados membros têm "dispersão geográfica" e estão “[inseridos] (...) em mercados regionais específicos” (Lopes, 2006: 33). A CPLP também põe clara a importância atribuída à Língua, esta “constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada” e “é um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais” (CPLP, 1996b: 1).

A consideração de uma identidade única baseada na Língua Portuguesa é obviamente vantajosa para a consideração dos territórios que constituem a CPLP como uma área, visto que a organização está precisamente baseada na língua, mas também há espaço para críticas a este argumento. Como por exemplo aponta Monteiro, porque é que não é também convidada uma organização galega com vínculos na “Lusofonia” para a CPLP (Monteiro, 1996: 57)? Dentro desta lógica, como se poderá considerar os Estados membros da CPLP como uma área se estes não englobam regiões como Macau, mas estão abertos à consideração de Marrocos, Ucrânia e Suazilândia para Observadores Associados?

Por outro lado, mesmo que o agrupamento dos Estados membros da CPLP como uma área seja problemático em termos das regiões que não fazem parte e que potencialmente farão parte da CPLP, também não se deveria separar consideração de uma área objeto de estudo de Estudos de Área baseada na Língua Portuguesa sem se

²⁰ Lopes e Santos (2006) providenciam um resumo das diversas iniciativas ao longo do tempo que os mesmos categorizam como podendo ser consideradas como de “Lusofonia”.

²¹ Isto não para dizer que é a única perspetiva que conduz a considerações da CPLP como um espaço único. Tempos, por exemplo, Pinto e Seck (2013) que, apesar de reconhecerem nos Estados membros da CPLP “disparidades (...) e especificidades intrínsecas”, consideram que “existem vários pontos em comum que unem estes países”, “as afinidades históricas e culturais e a partilha do mesmo espaço da língua portuguesa” (Pinto & Seck, 2013: 136).

também basear na CPLP. Duroselle (1952) define Estudos de Área como o “scientific study of a region presenting a certain politico-social unity with a view to understanding and explaining its place and its role international society” (Duroselle, 1952: 636). Se os países estão agrupados sob a concertação político-diplomática da CPLP, à semelhança do Sudeste da Ásia com a Associação de Nações do Sudeste Asiático, têm uma maior capacidade de ter uma “sufficiently pronounced individuality to enable it to play its own part in international relations” (Duroselle, 1952: 641); pelo que, consequentemente, mais facilmente representam uma área.

Poder-se-ia considerar os países da CPLP “in the sense of midrange scales of analysis, knowledge, and representation” que “include[s] a variety of levels and categories; national- and state-level, wider linguistic cultural areas” (Sidaway, 2013: 985). Mas, todas estas considerações estão dependentes de uma aderência a existência de uma “Lusofonia”; como disse Cunha (2012), “a lusofonia é indissociável da ideia de congregação de entidades políticas dispersas, mas entre as quais existem vínculos de identidade” (Cunha, 2012: 265). A própria CPLP demonstra uma aderência ao afirmar na sua declaração constitutiva que pretende “consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação” (CPLP, 1996b: 1).

A Língua Portuguesa como um elemento significativo para a Lusofonia está amplamente presente. Santos (2003) identifica as primeiras enunciações de a comum Língua Portuguesa como uma base de uma comunidade nos meados dos anos 50 com os escritos de Gilberto Freyre acerca do Luso-tropicalismo e de Agostinho da Silva da necessidade de criação de uma associação que desenvolvesse a cultura partilhada. Mais tarde Adriano Moreira organizaria o primeiro Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa em Lisboa, que, depois de um segundo Congresso em Moçambique, resultaria na criação da União das Comunidades de Cultura Portuguesa e da Academia Internacional de Cultura Portuguesa (Santos, 2003: 3 & 4). Alves (1995) argumenta que com a Língua Portuguesa foi introduzida “toda uma matriz de cultura lusa que iria, no correr dos

séculos, em contacto com o elemento local, criar civilizações variadas e perfeitamente individualizadas” as quais não deixariam “de guardar os traços de origem, que se desdobrariam posteriormente em parecenças e afinidades” (Alves, 1995: 81) que serviriam de bases culturais para a criação de uma instituição como a CPLP e aponta para como “é o instrumento por excelência da integração nacional” (Alves, 1995: 84). Pereira (2011) procura argumentar que, principalmente face ao processo de globalização, a defesa de uma área cultural da Lusofonia com a partilha da Língua Portuguesa como uma das bases se deveria “[apostar] na difusão internacional da cultura lusófona, através da massificação da produção cultural, do ensino e da formação do português” (Pereira, 2011: 7).

Certamente houve trocas culturais. Os diversos Estados membros da CPLP passaram por um processo de aculturação²², mesmo que esta tenha sido apenas como resultado do processo *dominical* (Beltran, 1973). Mas, ir para além do reconhecimento de alguns “valores culturais” partilhados e defender a existência de uma cultura partilhada definidora do espaço pode passar por severas críticas.

Temos, por exemplo, José Carlos Venâncio (1996) a explicar a problemática de uma consideração do Lusotropicalismo como uma categoria cultural distinta e as implicações políticas de aderência ao termo.

Michel Cahen (1997) aponta para como “peu importe donc que les luso-descendants de troisième ou quatrième générations ne parlent plus du tout portugais et ne se considèrent plus eux-mêmes comme tels, ou encore que leur nombre avoisine plus les deux cent cinquante que les sept cent cinquante mille en Afrique du Sud” (Cahen, 1997: 394). Também critica como o lusotropicalismo “exprimant en dernière analyse le paternalisme raciste de l’État” (Cahen, 1997: 429) devido ao seu revisionismo, considerações que ignoram raízes históricas e tendência para uma perspetiva remanescente de concepções de centro-periferia, metrópole-colónias. Para Cahen, “la CPLP

²² Beltran (1973) define aculturação como “el proceso de cambio que emerge del contacto de grupos que participan de culturas distintas, y lo caracterizamos por el desarrollo continuado de un conflicto de fuerzas entre formas de vida de sentido opuesto que tienden a su total identificación, y se manifiestan, objetivamente, en su existencia a niveles variados de contradicción” (Beltran, 1973: 6).

apparaît non seulement comme née d’une «césarienne», mais souffre d’un très net déficit d’idéal” (Cahen, 1997 : 428). Cunha (1991) partilha as críticas do lusotropicalismo como uma ideia essencialmente condescendente e resultante de ideias ainda não deixadas para trás de dominação e superioridade.

Santos (2003) argumenta que Portugal utiliza a ideia de extensão geográfica e linguística como um “selfimage booster” (Santos, 2003: 15). Também há considerações de que a ideia de “Lusofonia” remete “para a centralidade da matriz portuguesa” (Pereira, 2011: 18). Até mesmo se houver uma similaridade cultural nos países que não Portugal remanescente do conceito de “Lusofonia”, como por exemplo com os PALOP (MacQueen, 2003), não deixa de haver um critério de crítica de colonialismo português e de trauma histórico partilhado devido à colonização portuguesa presente em qualquer identidade que seja formada entre estes países de Língua Portuguesa que não Portugal.

Alfredo Margarido (2000) discute como a “Lusofonia” se trata apenas de uma ferramenta ideológica utilizada para recuperar as ligações com territórios perdidos, devido à Guerra Colonial, imigração e Nacionalismo, através do controlo da língua “mãe”.

Independentemente da natureza de “Lusofonia” e de até que ponto ser esta mesma um reflexo de um suposto “relacionamento especial e uma experiência acumulada por anos de convivência, alicerçados no uso de um idioma comum” (Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Decreto Lei nº 21/99 de 16 de Junho), não deixa de haver problemas com a ideia de uma cultura partilhada dos Estados membros da CPLP que justifique a mesma como área de estudo. Em geral há uma falta de um trabalho compreensivo dos Estados membros da CPLP que estabeleça os seus laços comuns com um tal nível que estruture o discurso destes mesmos como o de uma área linguística cultural²³. Mesmo que seja comum que estes laços se mantenham vagos em outras áreas de estudo (Schendel, 2002: 654), tal mantém a delimitação de uma área cultural muito problemática (Schendel, 2002: 649).

²³ Mesmo que tal tipo de trabalhos base extensivos costumem acabar por nunca ser lidos quando a área e uma ideia geral desta mesma já estão estabelecidos (Scott, 2009: xii).

Todas as áreas geográficas são “a special case and [raise their] own particular problems” (Duroselle, 1952: 643), mas nem todas são áreas em Estudos de Área²⁴. Como tal, não basta realçar uma suposta particularidade dos territórios da CPLP para justificar o seu estudo como uma área. É necessário o “systematic use of all branches of study that may provide valid explanations.” (Duroselle, 1952: 636). Não basta Ciência Política e Relações Internacionais analisarem a CPLP, é também necessário as restantes disciplinas científicas. Com a necessidade de produção de conhecimentos de todas estas áreas, talvez o verdadeiro problema seja, como indica Powers (1995) referindo-se a Estudos de Área em geral, encontrar os recursos e pessoal para expandir o conhecimento da CPLP e não a própria produção de conhecimento relativamente à CPLP.

O trabalho de uma tal estruturação compreensiva dos laços entre os Estados membros está de certa forma a ser avançado da mesma forma que estão a ser desenvolvidos os critérios de uma área como um local para a produção de conhecimento. A CPLP já está a trazer progresso neste aspeto visto que a sua própria existência formal e atividades promovem uma produção de conhecimento específico à área. Tome-se como exemplo o livro *Segurança alimentar e nutricional a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (Lima, et al., 2013) resultante da Oficina de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP; este demonstra como a própria existência da CPLP resulta no posicionamento das perguntas para a produção de conhecimento de uma forma específica e diferente. Outro exemplo é o do convite por parte do Banco Mundial para “estudar a melhor forma de criar uma rede lusófona que acelere a resposta do sector da Educação à pandemia do HIV/SIDA nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e para desenvolver um Plano de Acção comum” (CPLP, 2006b). Com este convite do Banco Mundial não só é evidente a produção de conhecimento específico à área como também a estruturação de uma problemática a ser resolvida pelos elementos de esta mesma área.

²⁴ Não que as tradicionais áreas de Estudos de Área não tenham também os seus problemas; Guyer (2004) aponta alguns dos problemas com as áreas tradicionais da disciplina.

2.2. Tarefas desenvolvidas

Ao longo dos cerca de sete meses de estágio (duração de 800 horas) houve um amplo leque de atividades desenvolvidas (um exemplo de documento desenvolvido dentro do âmbito do estágio pode ser consultado em Anexo 2). Não havia nenhum plano de trabalho que se repetisse diariamente ou mesmo semanalmente visto que as tarefas iam mudando substancialmente à medida que a campanha também evoluía e o trabalho que precisava de ser desenvolvido para a mesma mudava.

Inicialmente as tarefas dadas consistiam apenas de estudar o funcionamento, estatutos e estruturas da CPLP de forma a aprofundar o conhecimento da organização. Depois de um curto período a aprofundar o conhecimento da CPLP, foi explicada aos estagiários a história da formação da campanha e providenciados uma série de documentos que já tinham sido produzidos dentro do âmbito da mesma. Com estes novos conhecimentos foi preparada a apresentação da campanha a ser feita nas celebrações do Dia Mundial da Alimentação na Sede da CPLP, no dia 15 de Outubro de 2013.

Após esta primeira apresentação da campanha começaram a ser preparados uma série de documentos a definir áreas do funcionamento da campanha que ainda estavam por ser delineadas, a preparação de uma base de dados de empresas sediadas nos Estados membros da CPLP que tivessem fortes relações comerciais com outros Estados membros²⁵, e o início de preparação de guião, convite e lista de convidados para uma série de pequenos-almoços a ocorrerem na sede com empresas da base de dados para que a campanha lhes fosse apresentada.

Durante a quinta semana do estágio continuavam a ser estudados diversos elementos da CPLP e foi indicado aos estagiários dirigirem-se a diferentes departamentos da CPLP, de acordo com as suas especialidades, para obterem um conhecimento mais aprofundado de estas mesmas áreas. Também começou a ser preparada a plataforma eletrónica da campanha e a sua presença nas redes sociais.

²⁵ A base de dados seria expandida ao longo do período de estágio à medida que os representantes missões dos Estados-membros junto da CPLP providenciavam dados de empresas nos seus países.

À medida que era preparado o pequeno-almoço com o setor empresarial, também eram preparados *benchmarkings* de outras campanhas de angariações de fundos e caridades para obter um melhor conhecimento do funcionamento e estratégias de outras campanhas de sucesso. Também começou o desenvolvimento dos materiais para serem utilizados num futuro contato a ter com figuras públicas para discutir com estas a possibilidade de elas aderirem à campanha como “Padrinhos” e “Madrinhas”.

Ainda antes do primeiro pequeno-almoço com o setor empresarial ser marcado foi realizada a primeira reunião com figuras públicas dos diversos Estados membros. Esta primeira reunião contou com a presença de Costa Neto, Frank Ntaluma, Marta Leite Castro, Andreia Deus Lima, Goretti Pina, Maria Maomé, David Levy Lima, Dany Silva, Ana Massamba e Elsa de Noronha.

Começaram a ser implementados os planos de presença digital da campanha e a serem realizadas reuniões e contactos com vista ao desenvolvimento da linha gráfica da campanha. Mais tarde seria desenvolvido o primeiro dos pequenos-almoços empresariais e imediatamente após este começariam a ser já preparados o segundo pequeno-almoço e reunião de personalidades.

Foi estabelecido um número de tarifa única (número 760) para poder ser publicitado como uma forma de serem feitos donativos para a campanha diretamente pelo telefone. Também tinha sido previamente estabelecida uma conta bancária para a campanha, com o apoio do Secretariado Executivo, compreendida dentro do Fundo Especial da CPLP.

Durante os primeiros meses de 2014 começariam a ser feitos esforços para organizar iniciativas de eventos. Foram feitos planos para um jantar de gala para o corpo diplomático em Lisboa e um concurso de fotografia no Facebook. Depois de negociações com potenciais parceiros no sector empresarial, o concurso de fotografia passou a não ser no Facebook e começou a fazer-se contactos iniciais com uma agência de artistas para a organização de diversos eventos artísticos. Também foram feitos contactos com os “Padrinhos” e “Madrinhas” da campanha para discutir com os mesmos propostas que eles

tivessem para eventos que gostariam de organizar dentro do âmbito da campanha. A preparação de estes eventos requereu o desenvolvimento de planos, contacto com o sector privado para estabelecer parcerias para os eventos, preparação e envio dos convites oficiais, preparação e publicação dos materiais gráficos para anunciar os eventos e outras tarefas de gestão e coordenação dos eventos em si.

Durante os primeiros meses do estágio eram realizadas reuniões semanais com representantes das missões dos Estados membros junto da CPLP para que estas pudessem ser informadas de desenvolvimentos na campanha e consultadas relativamente a procedimentos a tomar. Nas datas mais avançadas da campanha as reuniões passaram a ser mais esporádicas e as atividades da campanha a serem desenvolvidas com uma maior independência, mas sempre com o conhecimento dos Estados membros.

Houve diversas tarefas desenvolvidas ao longo do estágio. Entre estas pôde-se contar com, nomeadamente:

- Assistir e, por vezes, participar em reuniões temáticas com representantes das missões dos Estados membros junto da CPLP;
- *Benchmarking* de outras caridades e campanhas de angariação de fundos;
- Construção de bases de dados de contactos de organizações relevantes para a campanha;
- Coordenação com departamento financeiro do Secretariado Executivo;
- Gestão de redes sociais;
- Gestão e desenvolvimento de plataforma eletrónica;
- Preparação de materiais gráficos;
- Preparação de material gráfico para a campanha;
- Registo de inventário;
- Representar CPLP em conferências, nomeadamente “Atlantic’s Blue Growth”;
- Apoio logístico durante eventos da campanha e do Secretariado Executivo;
- Reunir e negociar com potenciais parceiros para a campanha;
- Secretariar reuniões temáticas de representantes dos Estados membros;
- Negociação com fornecedores;

- Apresentação da campanha a elementos do setor empresarial e a indivíduos.

2.3. Análise do estágio

O estágio tratou-se de um dos seis estágios iniciados pelo Secretariado Executivo da CPLP para integrarem o desenvolvimento da campanha “Juntos Contra a Fome”. Os estagiários vinham de áreas de especialização diferentes e foram apresentados aos responsáveis pelas suas respetivas áreas de especialização no Secretariado Executivo, para que pudessem realizar atividades de acompanhamento dos mesmos que lhes permitissem um desenvolvimento prático das suas respetivas especializações. Também foram informados da pessoa diretamente responsável por acompanhar os estágios ao longo do seu período²⁶.

Foi estabelecido um horário *part-time* durante a manhã, mas as horas de entrada e saída podiam variar de acordo com a necessidade. Normalmente era preciso ficar até mais tarde apenas quando havia algum evento ou reunião ao qual era necessário ir.

Logo no primeiro dia os estagiários foram apresentados aos restantes profissionais no secretariado, os quais se mostraram disponíveis para ajudar com qualquer dúvida que surgisse. Durante o estágio esta disponibilidade manteve-se, mas era também frequente requerer certa insistência nos pedidos sob perigo de as tarefas com que era pedida ajuda serem simplesmente esquecidas.

Houve um esforço em fazer os estagiários sentirem-se incluídos e de providenciar-lhes oportunidades de irem a reuniões de alto-nível e outros eventos importantes que tratassem temas que lhes interessasse. Todo o esforço de integração dos estagiários permitiu terem a autonomia de serem os próprios também a pedir para serem incluídos em tarefas/áreas de interesse.

O estágio providenciou uma oportunidade de crescimento tanto profissional tanto pessoal. Tratava-se não só de um ambiente de trabalho diferente de qualquer experiência anterior, mas também de uma organização única que providenciou a oportunidade de progredir em campos que nem sequer estão englobados na maioria das organizações.

²⁶ Que nos últimos meses foi expandido para diversas pessoas do secretariado.

Fazer um estágio numa organização internacional permitiu sentir um ambiente de trabalho muito multicultural, ter que pensar na produção de materiais financeiros, legais, etc. a um nível de todos os Estados membros, considerar as sensibilidades e nuances culturais na produção de materiais com fins de exposição da campanha, e muitos mais níveis de crescimento que não seriam de outra forma possíveis.

Desde a perspectiva académica, o estágio permitiu observar em pessoa o tipo de organizações e profissionais que compõem o material de Relações Internacionais. É uma experiência importante poder ver em pessoa o dia-a-dia de uma organização de concertação político-diplomática, para além de participar, por mais pequena que seja a contribuição, no desenvolvimento dos seus assuntos. Ao estar colocado numa organização como a CPLP pode-se observar o lado prático da teoria de Relações Internacionais; pode-se ver como as diferentes perspectivas de cooperação entre Estados soberanos se repercute, os esforços requeridos por parte de inúmeros profissionais para implementar as decisões feitas ao mais alto-nível.

3. Análise de Juntos Contra a Fome

“Juntos Contra a Fome” ainda se encontra em desenvolvimento. A resolução que aprovou a campanha só foi assinada em Julho de 2013 (CPLP, 2013). Ainda não é possível fazer uma análise compreensiva da campanha que permita não só a explicação da mesma até ao momento, mas também certo nível de capacidade de previsão do seu futuro. Métricas objetivas sugeridas para a análise do sucesso/performance de organizações sem fins lucrativos como a eficiência de angariação de fundos, apoio público, performance financeira, receitas, orçamento anual e reservas financeiras (Brown, 1995: 319) não são possíveis devido à fase prematura da campanha aquando da produção deste documento.

Uma avaliação dos objetivos e missão da campanha é impossibilitado pela sua natureza, visto que ambos procuram a criação de Valor Social²⁷. A própria avaliação de cumprimento dos objetivos representaria a medição de algo altruístico, de longo prazo, intangível, refletido nas pessoas que procura ajudar e não-monetário pelo que, segundo Buckmaster (1999), necessitaria a utilização de ferramentas tanto qualitativas como quantitativas numa análise de resultados²⁸ obtidos da campanha (Buckmaster, 1999: 187). Mas, a mitigação de efeitos indesejáveis na sociedade não pode ser avaliado antes de sequer se ter iniciado o movimento de fundos da campanha para o financiamento de projetos.

Isto não significa que não podem ser tomados alguns passos para uma análise da campanha. A própria estrutura segundo a qual se tem desenvolvido a campanha tem vindo a criar a documentação necessária para futuras análises aprofundados do sucesso, ou insucesso, da mesma. O delinear de planos estratégicos, estabelecimento de missão, discernimento de objetivos e muitas outras medidas de planeamento constituem os futuros indicadores de avaliação da campanha (Buckmaster, 1999: 190).

²⁷ Social Value. Definido por Felício, Gonçalves e Gonçalves (2013) como “the necessary goods and services provided by organizations with social purposes such as promoting community development, advocating for more inclusive and fairer policies, or dealing with a variety of other social problems”. (Felício, et al., 2013: 2140).

²⁸ “Outcomes” no texto original. Buckmaster define “outcomes” como “those benefits or changes for individuals or communities after participating in the programs of non-profit organisations; or an assessment of the results of a program activity compared to its intended purpose” (Buckmaster, 1999: 188 & 189).

Pode-se apontar alguns aspetos da campanha que avancem uma análise inicial da mesma, como ter o aspeto positivo de, apesar de haver planos para uma Gala Final que se espera dar uma maior exposição à campanha do que se tem verificado até ao momento, não depender de apenas um evento de angariações de fundo e incorporar múltiplos métodos para recolha de fundos (Burke, 2008: 215).

Com a aceitação de donativos empresariais com pressupostos de divulgação da(s) marca(s) destes doadores, a campanha rege-se segundo um sistema de *Cause-Related Marketing* (Wu & Hung, 2008: 321), numa mistura de “licensing” e “transaction-based promotion” (Wu & Hung, 2008: 323). Os critérios restritos sob os quais funciona o *Cause-Related Marketing* da campanha são importantes pois permitem evitar os perigos relacionados de perda de flexibilidade organizacional, parceiros contaminados, recursos desperdiçados e reduções dos donativos (Wu & Hung, 2008: 324). Suposições de perda de flexibilidade resultante da possibilidade de mudar os objetivos da campanha para os mesmos se adaptarem melhor aos doadores não se aplicam pois os próprios objetivos são o resultado da aprovação da campanha com a “Resolução sobre a Campanha “Juntos contra a Fome, Alimentando a Esperança na CPLP”” (CPLP, 2013). O formato muito limitado da parceria permite evitar o perigo de parceiros contaminados, parceiros cuja reputação possa afetar negativamente a campanha, e redução de recursos, redução de fundos resultante da dependência de uma só empresa para recursos. O perigo de recursos desperdiçados com a construção das parcerias é reduzido devido ao uso limitado de recursos e pessoal utilizado na sua obtenção.

A campanha poderia ser descrita como financeiramente flexível, visto que a sua natureza como parte da CPLP resulta em dispor de várias fontes de rendimentos (apesar de todos os fundos terem que passar pelo Fundo Especial) e elevados custos administrativos e operacionais. Como resultado, pressupõe-se uma menor vulnerabilidade a choques financeiros que possam afetar a sua existência (Hager, 2001: 377 & 378).

A campanha funciona dentro dos parâmetros de uma *Non-profit social organization* (NPSO) de Felício, Gonçalves e Gonçalves (2013), devido a funcionar de acordo com o elemento essencial de ter fundos privados e públicos, isentos de impostos,

como fonte de rendimento (Felício, et al., 2013: 2140). Tal significa que a campanha funciona dentro de um meio socioeconómico altamente competitivo (Felício, et al., 2013: 2140).

A avaliação da campanha é pertinente e uma possível metodologia para realizar tal análise é através de um questionário que analise a perceção da campanha. Um questionário realizado às diversas pessoas a trabalharem no Secretariado Executivo permitirá a recolha das opiniões de uma amostra de participantes que seguramente têm conhecimento da campanha. A amostra também vai desde pessoas que nunca estiveram envolvidas em nenhuma atividade da campanha até aqueles cujas tarefas principais consistiam exatamente no desenvolvimento da mesma. A recolha das opiniões de tal amostra não só poderá dar uma ideia da perspetiva detida da campanha por diversos elementos, como também poderá dar indícios da performance da mesma devido à “forte equivalência” que estas medidas subjetivas podem ter com dados objetivos de performance (Felício, et al., 2013: 2140)²⁹. Isto não para tentar ignorar que este tipo de análises possa levar a erro (Wall, 2004: 112), mas sim, para evidenciar como um questionário da perceção da campanha poderá contribuir para a formulação de uma ideia da sua performance.

Wall (2004) procura explicar a necessidade de utilização de medidas de avaliação subjetivas apontando para como a utilização de questionários e/ou entrevistas é eficaz em termos de custos, por vezes não há alternativas e os registos financeiros podem ser adequados a uma análise que procure ter em conta as características específicas de uma campanha de angariação de fundos (Wall, 2004: 96).

3.1. Metodologia

O questionário explora a relação entre as variáveis Empreendedorismo Social (ES), Comunicação (CO), Planeamento (PL), Métricas de Performance (MP), e Gestão e Monitorização (GM) com Performance da Organização (PO). PO é avaliado por “A

²⁹ Por outro lado, também há considerações que uma avaliação do performance de uma organização de fins não lucrativos será sempre uma construção social, a qual “is influenced by whom you ask” (Brown, 2005: 318).

campanha tem sido um sucesso” (Q8_PO1), “Em comparação com campanhas com missão e objetivos parecidos com os da campanha, tenho uma opinião positiva da mesma” (Q9_PO2) e “A campanha está a caminho de cumprir a sua missão/objetivos” (Q10_PO3). “A campanha está a caminho de cumprir a sua missão/objetivos” é o resultado das considerações de Brown (2005) de que, como a ideia de “performance” de uma organização de fins não lucrativos varia de pessoa para pessoa, é necessário questionar a percepção dos feitos de uma organização em áreas como a sua missão e objetivos (Brown, 2005: 318). “A campanha tem sido um sucesso” e “Em comparação com campanhas com missão e objetivos parecidos com os da campanha, tenho uma opinião positiva da mesma” são resultantes da ideia de perguntar diretamente relativamente à percepção de sucesso de uma empresa e de perguntar pela performance de uma empresa em comparação com os seus competidores, respetivamente (Wall, 2004: 97 & 99).

“A campanha tem sido inovadora e tomado riscos” pressupõe analisar o Empreendedorismo Social (SE)³⁰, se a campanha é inovadora ou procura inovar (Felício, et al., 2013: 2140)³¹. Segundo Felício, Gonçalves e Gonçalves (2013), ES deverá afetar o PO (Felício, et al., 2013: 2142).

Devido a considerações da falta de aplicação de medidas que meçam a performance da organização como uma ameaça para a própria performance (Burke, 2008: 216), o questionário conta com “São recolhidos dados e desenvolvidos relatórios de progresso suficientes” para avaliar a percepção de Métricas de Performance (MP) e procurar correlacionar esta com PO.

“Há uma boa gestão e monitorização das atividades realizadas no âmbito da campanha” engloba a Gestão e Monitorização (GM). E, de acordo com as considerações da importância dos processos de supervisão ao longo do desenvolvimento das

³⁰ Social Entrepreneurship (Felício, et al., 2013).

³¹ Phillips, Deiglemeier e Miller (2008) também defendem uma grande importância na inovação, argumentando que “social innovation is the best construct for understanding — and producing—lasting social change. In order to gain more precision and insight, we redefine social innovation to mean: *A novel solution to a social problem that is more effective, efficient, sustainable, or just than existing solutions and for which the value created accrues primarily to society as a whole rather than private individuals* [itálico do original]” (Phillips, et al., 2008: 36).

organizações não-lucrativas (Burke, 2008: 218), considera-se a possibilidade de correlação com PO.

Planeamento (PL) é analisado por “Há um processo eficaz de planeamento da campanha em vigor”. Trata-se do resultado de considerações de Burke (2008) de que o planeamento e a aderência a este mesmo podem ser um fatores de grande influência nas capacidades financeiras (Burke, 2008: 205); assim compreendendo-se também uma possível correlação com PO.

Considerando a importância da comunicação entre os diversos elementos de uma organização sem fins lucrativos (Burke, 2008: 218), “A comunicação entre os diversos elementos da campanha é satisfatória” e “É transmitida informação sobre a campanha de forma satisfatória” serão utilizadas para medir Comunicação (CO) e ver se são encontradas correlações com PO.

Estas variáveis foram preparadas segundo uma Escala Likert de sete pontos, desde “Discordo completamente” até “Concordo completamente”, para evitar os erros de dados associados a escalas de 5 e 10 pontos (Felicio, et al., 2013: 2141).

A amostra também discrimina aqueles que “[realizam] regularmente tarefas da campanha”, que “já [realizaram] tarefas, mas não o [fazem] regularmente” e que “nunca [realizaram] tarefas da campanha”, como resultado da necessidade de saber o nível de conhecimento e envolvimento na campanha dos indivíduos da amostra (Brown, 2005: 318).

Como tal, as hipóteses consistem em: H1: Empreendedorismo Social contribui para Performance da Organização; H2: Comunicação contribui para Performance da Organização; H3: Planeamento contribui para Performance da Organização; H4: Métricas de Performance contribui para Performance da Organização; H5: Gestão e Monitorização contribui para Performance da Organização; H6: O nível de conhecimentos da campanha afeta a percepção da mesma.

Foram entregues 44 questionários, destes foram recebidas 32 questionários de volta. Destes 32, três estavam vazios pelo que apenas 29 podiam ser utilizados na análise.

Tal representa uma percentagem de aproximadamente 73% de participação no questionário e de 91% de questionários que podem ser utilizados entre os questionários recebidos (o questionário em questão pode ser consultado em Anexo 3). Os questionários foram entregues na sua maioria em mão, mas houve uma quantidade reduzida que foi digitalizada e enviada por correio eletrónico devido a dificuldades de horário e/ou de localização para possibilitar a entrega.

3.2. Análise e resultados

Primeiro que tudo foi verificada a consistência interna das variáveis com múltiplas perguntas ao certificar que o coeficiente Alfa de Cronbach destas mesmas variáveis estava acima de 0,7. A variável composta CO apresentou um Alfa de Cronbach de apenas 0,59³². Com esta confiabilidade baixa a variável composta não pode ser utilizada, pelo que serão verificadas as correlações de CO1 e CO2 com PO individualmente. PO apresentou um Alfa de Cronbach de 0.8 pelo que é uma variável composta que será utilizada na análise de dados.

ES tem uma média de 5,38 e um desvio padrão de 1,293³³. Para verificar a Hipótese 1 de existência de uma relação entre ES e PO, foram verificados os dados recolhidos e comprovada a existência de uma correlação Pearson positiva, significativa ao nível de 0,01³⁴, mas de apenas 0,526³⁵.

Entre CO1 e PO verifica-se a existência de uma correlação Pearson positiva, significativa ao nível de 0,01, mas de apenas 0,586. Entre CO2 e PO também se verifica uma correlação Pearson, mas não é esta menos significativa, significativa ao nível de 0,05, como também é mais pequena, correlação positiva de 0,37. CO1 também apresenta uma média mais alta do que CO2, mas com uma diferença pequena (menos de 2% de diferença); CO1 tem uma média de 5,61 e desvio padrão de 1,286, e CO2 tem uma média de 5,55 e um desvio padrão de 1,213.

³² Alfa de Cronbach de variáveis compostas CO e PO disponível em Anexo 4.

³³ Médias e desvios padrões das variáveis disponíveis em Anexo 7.

³⁴ Como tal, há uma probabilidade de 1% de a correlação ter ocorrido por acaso.

³⁵ Correlações bivariáveis disponíveis em Anexo 6.

PL tem uma correlação Pearson positiva, significativa ao nível de 0,01, com PO de 0,525. Esta correlação é maior que a de MP com PO de apenas 0,395, significativa ao nível de 0,05. PL também apresenta valores mais positivos, tendo uma média de 5,07 e desvio padrão de 1,223 e MP apresenta uma média de 4,43 com um desvio padrão de 1,526.

GM tem uma média de 5,54 com um desvio padrão de 0,999. Ao procurar uma correlação entre GM e PO, verificou-se que não existia nenhuma correlação Pearson significativa entre as duas variáveis.

Para verificar a Hipótese 6, foram comparadas as variâncias entre os grupos das três opções da primeira questão a distinguir entre o envolvimento dos participantes do questionário com a campanha e em seguida a análise da variância das suas médias. PO tem uma média de 5,21 com um desvio padrão de 1,089. PO1, PO2 e PO3 apresentam médias de 4,83, 5,53 e 5,38, respetivamente, com desvios padrões de 1,227, 0,958 e 0,951, respetivamente. Ainda assim, com um Post Hoc Bonferroni não se verifica nenhuma diferença significativa entre as médias de PO de acordo com a resposta dada relativamente ao envolvimento na campanha³⁶.

3.3. Conclusões do tratamento de dados

Foi comprovada uma correlação entre Empreendedorismo Social e Performance da Organização, de acordo com a Hipótese 1, pelo que se verifica a possibilidade de existência de uma ligação entre Empreendedorismo Social e Performance da Organização.

Não verifica a existência de uma correlação entre a variável composta de Comunicação e Performance da Organização, de acordo com a Hipótese 2; mas, ainda assim, verificou-se uma correlação entre cada uma das variáveis individuais que compõem Comunicação e Performance da Organização, pelo que não deixa de ser uma possibilidade a existência de uma ligação entre Comunicação e Performance da Organização.

³⁶ Análise Post Hoc Bonferroni disponível em Anexo 5.

De acordo com a Hipótese 3, foi comprovada a existência da correlação entre Planeamento e Performance da Organização. Como tal, está aberta a possibilidade de existência de uma ligação entre Planeamento Performance da Organização.

Foi verificada uma correlação entre Métricas de Performance e Performance da Organização, tal como defendido na Hipótese 4, resultando na possibilidade de existência de uma ligação entre Métricas de Performance e Performance da Organização.

Verificou-se que não existe nenhuma correlação entre Gestão e Monotorização e Performance da Organização, pelo que se rejeita a Hipótese 5 de que Gestão e Monotorização contribuem para Performance da Organização.

Por último, não se verificou nenhuma diferença significativa entre Performance da Organização e o nível de conhecimentos da/envolvimento na campanha, pelo que se rejeita a Hipótese 6 que propunha que o nível de conhecimentos da/envolvimento na campanha afetam a perceção da mesma.

Conclusões

A realização do estágio na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi uma experiência valiosa tanto para crescimento pessoal como profissional. Tratou-se de um estágio que serviu como uma boa ponte entre o ensino académico do Mestrado e o conhecimento prático adquirido com o trabalho. Foi diferente de qualquer experiência pessoal ou profissional anterior numa organização que permitiu o desenvolvimento em campos que nem sequer são tratados na maioria das organizações, assim resultando numa oportunidade de crescimento tanto profissional como pessoal que não seria de outra forma possível. Academicamente, o estágio permitiu observar e interagir com as organizações e indivíduos que compõem o material de Relações Internacionais. A participação nas atividades de dia-a-dia de uma organização de concertação político-diplomática como a CPLP permitiu complementar o conhecimento teórico previamente adquirido durante o Mestrado, com o seu lado prático.

Tratou-se de uma ótima oportunidade de desenvolver os conhecimentos previamente adquiridos durante o Mestrado devido à ligação entre os assuntos com que a CPLP lida e campos dentro dos quais a mesma opera, e Ciência Política e Relações Internacionais; para além de possíveis ligações com Estudos de Área. A CPLP está intimamente ligada com Relações Internacionais devido à sua natureza como uma instituição intergovernamental de concertação político-diplomática com uma grande variedade de campos de ação e cooperação. A ligação com Ciência Política também está muito presente devido a fatores como a necessidade de conhecimento e constante consideração das implicações e motivações políticas dos Estados membros e diversas outras partes envolvidas nas atividades da CPLP. O envolvimento da CPLP em numerosos eventos e atividades como conflitos nacionais, movimentos independentistas, monitorização eleitoral, promoção da Língua Portuguesa resulta na participação numa organização com amplo envolvimento em eventos e atividades profundamente relevantes para Ciência Política e Relações Internacionais. O enquadramento dentro do âmbito de Estudos Políticos de Área não é tão evidente visto que os Estados membros da CPLP não compõem uma das áreas de estudo tradicionais da disciplina. Tal não significa que não

seja relevante para Estudos de Área, os ideais, princípios e tratos culturais partilhados pelos seus Estados membros formam um critério importante para a consideração da CPLP como uma possível área de estudo. Há questões importantes como o cumprimento dos critérios de área de estudo ser um *place*, um local para a produção de conhecimento e uma “máquina” institucional. A CPLP apresenta indicações de cumprimento da consideração dos Estados membros da CPLP como um espaço físico e “máquina institucional” ajudada pelas considerações da existência de uma “Lusofonia”. Esta “Lusofonia” é defendida por diversos autores como um fenómeno assente numa base linguística o qual é vantajoso para a consideração dos territórios que constituem a CPLP como uma área, visto que a organização está precisamente baseada na língua. Também é importante notar que uma área objeto de estudo de Estudos de Área baseada na Língua Portuguesa, deve-se basear na CPLP, pois se os países estão agrupados sob a concertação político-diplomática da CPLP têm uma maior capacidade de ter uma maior capacidade de projeção em Relações Internacionais e estão organizados sob uma organização que representa o seu lugar na sociedade internacional. A “Lusofonia” como definidora do espaço cultural linguístico dos países que constituem a CPLP é importante e, apesar de não rejeitada a noção de existência de alguns valores culturais partilhados, a ideia de existência de uma inteira cultura partilhada é problemática e tem vindo a ser criticada por diversos autores. Este problema é agravado pela falta de um trabalho compreensivo dos Estados membros da CPLP que estabeleça os seus laços comuns com um nível que estructure o discurso destes mesmos como o de uma área linguística cultural e falta de produção de conhecimento sobre a área por todas as disciplinas científicas. As atividades e até mesmo a própria existência da CPLP resultam em certo nível de criação de tais conhecimentos específicos à área, mas ainda está além de um posicionamento dos países que constituem a CPLP como uma área específica e diferente que requer a sua própria produção de conhecimento.

O estágio possibilitou o desenvolvimento de um amplo leque de tarefas exemplificadoras dos procedimentos necessários para a implementação das decisões que são tomadas a alto-nível no âmbito político-diplomático. Permitiu adquirir conhecimentos

importantes para as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais, ao mesmo tempo que realizava contribuições práticas para as mesmas. Foram realizadas tarefas como apoio logístico em eventos, fazer minutas, contactar elementos do setor empresarial e diplomático, coordenação com departamento financeiro do Secretariado Executivo, cujo carácter de apoio à implementação e desenvolvimento de objetivos da CPLP permitiu a observação e participação em atividades importantes para uma organização do cariz político-diplomático da CPLP.

A campanha “Juntos Contra a Fome” segue os eixos de intervenção prioritários da ESAN-CPLP o que resultou na divisão das áreas de intervenção de projetos que sejam financiados pela campanha em Territórios Livres da Fome, Agricultores Sem Fome e Crianças com Futuro. Esta campanha representa um desenvolvimento importante e interessante para a CPLP. Trata-se da entrada da CPLP em atividades nas quais antes não estava envolvida, ou pelo menos só contribuía para o seu desenvolvimento através de outras organizações.

Uma análise inicial desta campanha foi realizada através de um questionário a membros da CPLP no Secretariado Executivo para analisar a sua perceção da campanha. Trata-se de um questionário cuja amostra vai desde pessoas que nunca estiveram envolvidas em nenhuma atividade da campanha até aqueles cujas tarefas principais consistiam exatamente no desenvolvimento da mesma, de forma a procurar verificar se o nível de conhecimento e envolvimento na campanha afeta a perceção da mesma. Também foi verificada a relação entre a perceção da performance da campanha e as variáveis Empreendedorismo Social, Comunicação, Planeamento, Métricas de Performance, e Gestão e Monitorização. Foram entregues 44 questionários, com aproximadamente 73% de participação no questionário e 91% de questionários válidos para utilização. Da análise dos questionários pode-se verificar a existência de uma correlação entre Empreendedorismo Social e Performance da Organização, Planeamento e Performance da Organização, e Métricas de Performance e Performance da Organização. Por outro lado, não se verificou correlação entre Comunicação e Performance da Organização, Gestão e Monitorização e Performance da Organização, e

não se verificou nenhuma diferença significativa entre Performance da Organização e o nível de conhecimentos da/envolvimento na campanha.

Pode-se concluir deste relatório que o estágio funcionou como uma janela para adquirir um nível de conhecimentos mais aprofundados das áreas do Mestrado, que ainda há uma necessidade de maior desenvolvimento do conceito de uma cultura comum aos países de Língua Portuguesa para a discussão dos mesmos dentro de um contexto de Estudos de Área e que a campanha “Juntos Contra a Fome” representa um desenvolvimento importante na CPLP que deveria ser observado e estudado de uma forma mais compreensiva quando a sua fase de desenvolvimento o permitir.

Bibliografia

Alves, D. C. (1995) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nação e Defesa. Vol. 74, s.n., pp. 77-91.

Beltran, G. A. (1973) Regiones de Refugio: El desarrollo de la comunidad y el proceso dominical en Mestizoamérica. Juárez: Instituto Nacional Indigenista.

Bernardino, L. & Leal, J. S. (2011) A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011). Lisboa: IDN.

Brown, W. A. (2005) Nonprofit management & leadership. Vol. 15, No. 3, pp. 317-339.

Burke, T. N. (2008). Nonprofit Service Organizations: Fidelity with Strategic Plans for Financial Survival—Critical Roles for Chief Executive Officers. Journal of Human Behavior in the Social Environment. Vol. 18, No. 2, pp. 204-223.

Cahen, M. (1997) Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l' "institutionnalisation" de la communauté des pays de langue portugaise. Lusotopie. Vol. 4, s.n., pp. 391-433.

Carneiro, A. T. (2006) Uma Visão Geopolítica do Espaço da Língua Portuguesa. Nação e Defesa. Vol. 114, s.n., pp. 99-139.

Correia, P. P. (2002) Análise Geoestratégica de Portugal. Nação e Defesa. Vol. 101, s.n., pp. 79-98.

Cunha, L. (2012) Singularidades inabaláveis e convergências desejadas : discursos e políticas da lusofonia. Em Bastos, N. B. Língua Portuguesa aspectos linguísticos, culturais e identitários. São Paulo: EDUC. pp. 259-271.

Cunha, L. M. J. (1991) A Nação e o Império: A (re)invenção do lugar de Portugal no Mundo. Cadernos do Noroeste. Vol. 4, No. 6-7, pp. 221-227.

Dowdy, W. L. (1985) The Indian Ocean region as concept and reality. Em Dowdy, W. L. The Indian Ocean: Perspectives on a Strategic Arena. Durham: Duke University Press. pp. 3-23.

Duan, H. (2010) A Survey of Non-profit Organizations Evaluation Methods. Asian Social Science. Vol. 6, No. 8, pp. 30-41.

Duan, H. (2010) A Survey of Non-profit Organizations Evaluation Methods. Asian Social Science. Vol. 6, No. 8, pp. 30-41.

Duroselle, J. B. (1952) Area Studies: Problems of method. International Social Science Bulletin. Vol. IV, No. 4, pp. 636-646.

Farmer, B. H. (1973) Area Studies and the Study of Area. Transactions of the Institute of British Geographers. S.v., No. 60, pp. 1-15.

Felício, J. A., Gonçalves, H. M. & Gonçalves, V. C. (2013) Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects. Journal of Business Research. Vol. 66, No. 10, pp. 2139-2146.

Felício, J. A., Gonçalves, H. M., Gonçalves, V. C. (2013) Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects. Journal of Business Research. Vol. 66, s.n., pp. 2139–2146.

Guyer, J. I. (2004) Anthropology in Area Studies. Annual Review of Anthropology. Vol. 33, s.n., pp. 499-523.

Hager, M. A. (2001) Financial Vulnerability among Arts Organizations: A Test of the Tuckman-Chang Measures. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly. Vol. 30, No. 2, pp. 376-392.

Lewis, M. W. & Wigen, K. E. (1997) The myth of Continents: A critique of Metageography. Berkeley: University of California Press.

Lima, S. C. et al. (2013) Segurança alimentar e nutricional a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz & Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Lopes, L. F. & Santos, O. (2006) Os Novos Descobrimentos. Do Império à CPLP: Ensaios sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas. Coimbra: Edições Almedina

Lopes, L. F. (2006) A construção de uma Comunidade. Em Lopes, L. F. & Santos, O. Os Novos Descobrimientos. Do Império à CPLP: Ensaio sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas. Coimbra: Edições Almedina. pp. 7-43.

MacQueen, N. (2003) A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau. *International Peacekeeping*. Vol. 10, No. 2, pp. 2-26.

Margarido, A. (2000) A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Mimoso, J. C. P. (2012) The Community of Portuguese Speaking Countries organization: A strategic analysis as a security enhancement intergovernmental organization. Tese de Mestrado em Ciência Militar na U.S. Army Command and General Staff College.

Monteiro, A. (1996) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Nação e Defesa*. Vol. 77, s.n., pp. 47-62.

Pereira, S. M. D. (2011) A dimensão cultural da lusofonia como factor de relevância económica. Tese de Doutoramento em Estudos Europeus na Universidade Católica Portuguesa.

Phills, J. A., Deiglemeier, K. & Miller, D. T. (2008) Rediscovering Social Innovation. *Stanford Social Innovation Review*. Vol. 6, No. 4, pp. 34-43.

Pinto, J. & Seck, S. (2013) Sociedade Civil e segurança alimentar e nutricional na CPLP: Desafios para a mobilização e participação social. Em Lima, S. C. et al. *Segurança alimentar e nutricional a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz & Instituto de Higiene e Medicina Tropical. pp. 135-148.

Powers, M. K. (1995) Area Studies. *The Journal of Higher Education*. Vol. 26, No. 2, pp. 82-89+113.

Santos, L. A. (2003) Portugal and the CPLP: heightened expectations, unfounded disillusion. Em Lloyd-Jones, S. & Pinto, A. C. *The last empire: thirty years of Portuguese*

decolonization. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3079>> [28/02/2014].

Schendel, W. (2002) Geographies of knowing, geographies of ignorance: jumping scale in Southeast Asia. *Environment and Planning D*. Vol. 20, No. 6, pp. 647-668.

Scott, J. C. (2009) *The art of not being governed. An Anarchist history of upland Southeast Asia*. London: Yale University Press.

Sidaway, J. D. (2013) Geography, Globalization, and the Problematic of Area Studies. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol. 103, No. 4, pp. 984-1002.

Tavares, R. & Bernardino, L. B. (2011) Speaking the language of security: the Commonwealth, the Francophonie and the CPLP in conflict management in Africa. *Conflict, Security & Development*. Vol. 11, No. 5, pp. 607-636.

Venâncio, J. C. (1996). *Colonialismo, antropologia e lusofonias: Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Vega.

Vilela, M. (2002) Reflections on Language Policy in African Countries with Portuguese as an Official Language. *Current Issues in Language Planning*. Vol. 3, No. 3, pp. 306-316.

Wall, T. B., et al. (2004) On the validity of subjective measures of company performance. *Personnel Psychology*. Vol. 57, No. 1, pp. 95-118.

Wu, S. & Hung, J. (2008) A performance evaluation model of CRM on non-profit organizations. *Total Quality Management & Business Excellence*. Vol. 19, No. 4, pp. 321-342.

Wu, S. I. & Hung, J. M. (2008) A performance evaluation model of CRM on non-profit organizations. *Total Quality Management*. Vol. 19, No. 4, pp. 321-342.

Documentos da CPLP e FAO

CPLP & FAO (1999) *Protocolo de Cooperação entre a CPLP e FAO*. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-393.aspx>> [Consultado em: 11/02/2014].

CPLP (1996a) Declaração de Lisboa. Em II Encontro de Ministros da Agricultura da CPLP, Lisboa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-376.aspx>> [Consultado em: 11/02/2014].

CPLP (1996b) Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Em I Conferência de Chefes de Estado e de Governo, Lisboa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-157.aspx>> [Consultado em: 17/02/2014].

CPLP (1998) Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em II Conferência de Chefes de Estado e de Governo, Cidade da Praia. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-158.aspx>> [27/02/2014].

CPLP (2000a) Declaração de Maputo. Em III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Maputo. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-159.aspx>> [Consultado em: 18/02/2014].

CPLP (2000b) Declaração sobre Timor Leste. Em III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Maputo. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-159.aspx>> [Consultado em: 18/02/2014].

CPLP (2002) Declaração de Brasília. Em IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Brasília. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-160.aspx>> [Consultado em: 18/02/2014].

CPLP (2003) Resolução sobre o Combate à Fome em Países da CPLP. Em VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, Coimbra. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-206.aspx>> [Consultado em: 11/02/2014].

CPLP (2004) Acordo do segundo protocolo modificativo ao acordo ortográfico da Língua Portuguesa. Em V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, São Tomé. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-161.aspx>> [Consultado em: 27/02/2014].

CPLP (2006a) Resolução sobre Cidadania e Circulação. Em VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Bissau. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-162.aspx>> [19/02/2014].

CPLP (2006b) Declaração de Bissau. Em VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Bissau. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-162.aspx>> [19/02/2014].

CPLP (2007a) Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP. Em XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-96.aspx>> [Consultado em: 27/02/2014].

CPLP (2008a) Declaração de Lisboa. Em VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-445.aspx>> [Consultado em: 22/02/2014].

CPLP (2008b) Resolução sobre a Segurança Alimentar. Em XIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-445.aspx>> [Consultado em: 11/02/2014].

CPLP (2009) Resolução sobre o Programa *TeleFood*. Em XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Cidade da Praia. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=2030>> [Consultado em: 11/02/2014].

CPLP (2010). Declaração de Luanda. Em VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Luanda. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=2267>> [Consultado em: 12/02/2014].

CPLP (2011) Resolução sobre a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. Em XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Luanda. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2332.aspx>> [Consultado em: 12/02/2014].

CPLP (2012a). Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-391.aspx>> [Consultado em: 12/02/2014].

CPLP (2012b) Declaração de Maputo. Em IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Maputo. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=2193&M=NewsV2&PID=304> [Consultado em: 23/02/2014].

CPLP (2012c) Declaração sobre a CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional. Em XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Maputo. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=2193&M=NewsV2&PID=304> [Consultado em: 12/02/2014].

CPLP (2012d) Resolução sobre a Constituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). Em XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Maputo. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=2193&M=NewsV2&PID=304> [Consultado em: 12/02/2014].

CPLP (2013) Resolução sobre a Campanha “Juntos contra a Fome, Alimentando a Esperança na CPLP”. Em XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Maputo. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=2890&M=NewsV2&PID=304> [Consultado em: 12/02/2014].

Decreto Lei nº 21/99 de 16 de Junho. Diário da República nº 138/99 - I Série A.

FAO (2007) Proposta de quadro de cooperação entre os países da CPLP no âmbito dos programas nacionais de luta contra a desertificação. Disponível em: <http://www.fao.org/tc/cplpunccd/biblioteca/en/> [Consultado em: 23/02/2014].

Federações de Pequenos Agricultores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2012) Documento de Posição. Em Rio + 20 United Nations Conference on Sustainable Development, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.actuar->

acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/69documento_posio.pdf>
23/02/2014].

[Consultado em:

Anexo 1 – Documento da campanha, “Campanha da CPLP: *“Juntos Contra a Fome!”*”



Campanha da CPLP: *“Juntos Contra a Fome!”*

Contexto

A Campanha *“Juntos Contra a Fome!”* é uma iniciativa conjunta da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a FAO, com lançamento oficial previsto para o mês de Fevereiro de 2014, em Maputo. Esta campanha tem como objetivo central a angariação de fundos que, a par com outras fontes de financiamento, vão permitir a viabilização dos compromissos da Comunidade com a erradicação da fome nos seus Estados membros.

Reconhecendo a «Alimentação Adequada» como um Direito Humano fundamental e a necessidade de se cumprir o Objetivo de Desenvolvimento do Milénio nº 1, foi atribuída a mais alta prioridade pelos Estados membros da CPLP à coordenação de esforços para a erradicação da fome e da pobreza nos seus territórios, tendo assumido um conjunto de compromissos Regionais e Internacionais, entre os quais, a **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP)**. (*Declaração sobre a CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada a 19 de Julho de 2012, em Maputo*).

Para a realização do princípio fundamental do «Direito Humano à Alimentação Adequada», a ESAN-CPLP definiu os eixos de intervenção prioritários: o reforço da governabilidade do sistema alimentar; o apoio imediato e sustentável às populações mais marginalizadas e; o aumento da produção de alimentos com base em modelos de produção, processamento e distribuição sustentáveis, e com ampla participação dos pequenos produtores agrícolas.

Objetivo Central

Erradicar a Fome na CPLP - Angariar fundos que permitam reforçar a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) e desenvolver ações, envolvendo os vários atores relevantes, para promover o investimento na agricultura familiar sustentável e a proteção social dos cerca de 28 milhões de pessoas afetadas pela fome nos Estados membros da Comunidade.

Conceito

A Campanha da CPLP *“Juntos Contra a Fome!”* baseia-se na metodologia da Campanha *TeleFood Special Fund* estabelecida pela FAO, em 1997, para constituir um Fundo para financiar projetos em países em vias de desenvolvimento ou em países em transição, com o



objetivo de melhorar a segurança alimentar e nutricional e as condições de vida das famílias e comunidades rurais.

O Fundo da Campanha **“Juntos Contra a Fome!”** vai ser constituído por contribuições voluntárias por parte do público-em-geral e das mais variadas entidades - através de doações, chamadas telefónicas de valor acrescentado e outros meios.

O Fundo constituído será destinado ao financiamento de projetos integrados e em coerência com as prioridades da ESAN-CPLP, e segundo os Termos de Referência de Projeto definidos no âmbito desta Campanha.

Coordenação

Direção de Cooperação do Secretariado Executivo da CPLP
Representação da FAO em Lisboa
Embaixadas e Missões dos Estados membros junto da CPLP, em Lisboa
Grupos de Acompanhamento Nacionais (em cada EM)

Metodologia

A Campanha **“Juntos Contra a Fome!”** terá um **lançamento oficial**, em cerimónia pública, a realizar em Maputo, à margem do X Conselho de Ministros Extraordinário, em Fevereiro de 2014, numa cerimónia que contará com a presença dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros, do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Isac M. Murargy e de representantes de alto nível da FAO.

Esta cerimónia oficial é o marco para o início de um amplo envolvimento e mobilização de parceiros em todos os Estados membros da CPLP, entre Padrinhos e personalidade públicas que vão apoiar na divulgação da mensagem e causa da Campanha, e outros Parceiros que apoiam financeiramente a mesma.

Com esta mobilização, vai ser possível a produção de todo o **material gráfico e audiovisual**, que incluirá depoimentos dos Padrinhos da *Campanha*, sensibilizando para a urgência de uma ação para a garantia da Segurança Alimentar nos nossos Estados membros, assim como, explicando as diferentes modalidade formas de concretizar as contribuições.

Será, então, divulgada publicamente a mensagem da *Campanha*, transmitida e recordada por diferentes meios (televisão, rádio e imprensa) e eventos. Os Padrinhos, músicos, artistas plásticos, desportistas, atores, cientistas e investigadores, entre outras categorias profissionais de pessoas dos oito Estados membros que aceitem apoiar a *Campanha*, vão ser convidados a divulgar a mensagem da *Campanha*, aproveitando as suas “agendas profissionais” como concertos, exposições, programas TV, artigos escritos, entre outras ocasiões. Serão, ainda, promovidos outros eventos, como Jantares com personalidades, palestras, concertos, leilões de arte e eventos desportivos, os quais, para além de divulgar a mensagem da *Campanha*, podem constituir formas de angariação de fundos.

A *Campanha* vai culminar com uma grande **Gala Televisiva**, no dia 16 de Outubro de 2014, Dia Mundial da Alimentação. Esta gala deve consistir em uma primeira parte internacional transmitida a partir de Lisboa, seguida de galas locais em todos os países da CPLP, transmitidas pelas suas respetivas redes de televisão nacionais. Durante as galas, participarão os Padrinhos, existirão momentos musicais e a passagem de imagens recolhidas ao longo da *Campanha* nos oito Estados membros. Todo o período de emissão vai estar aberto a contribuições, através de chamadas telefónicas de valor acrescentado.

Áreas de intervenção

O Fundo constituído com os recursos angariados durante a *Campanha*, servirá para implementar projetos alinhados com os três eixos prioritários da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), tendo sido definidas as seguintes 3 áreas de intervenção:

1. Territórios Livres da Fome

Apoio a iniciativas de fortalecimento da participação social para a governança da Segurança Alimentar que contribuam para a resolução de problemas específicos das comunidades locais, gerando, também, boas práticas para possíveis políticas públicas nacionais:

- Iniciativa implementada pela Sociedade Civil da CPLP de forma autónoma;
- Iniciativa implementada de acordo com *Termos de Referência* a serem elaborados pela Sociedade Civil e pólos universitários, após aprovação pelo Secretariado Executivo da CPLP.

Tipologia de ações previstas: Iniciativas visando melhorar o acesso coletivo a recursos produtivos (terra, água, sementes locais), (tecnologias sociais) e outros serviços (educação, saúde).

2. Agricultores Sem Fome

Apoio a iniciativas que contribuam para a resolução de problemas específicos dos agricultores familiares na CPLP.

- Iniciativa implementada pela Plataforma de Camponeses da CPLP de forma autónoma;
- Iniciativa implementada de acordo com Termos de Referência a serem elaborados pela Plataforma de Camponeses da CPLP, Universidades e aprovados pelo Secretariado Executivo.

Tipologia de ações previstas: Programas de Intercâmbio de conhecimentos - Agricultor a Agricultor relacionado com modos de produção, alternativas de transformação, comercialização e organização.

3. Crianças com Futuro

Reforço e construção de redes de apoio social visando a resolução imediata das situações de subnutrição infantil e das mulheres:

- Iniciativa implementada pelos órgãos de poder local na CPLP;
- Iniciativa implementada de acordo com Termos de Referência a serem elaborados por grupo de trabalho envolvendo a sociedade civil, as Universidades e o poder local, e aprovados pelo Secretariado Executivo.

Tipologia de ações previstas: reforço dos serviços básicos locais na área da educação e saúde incluindo programas de alimentação escolar.

Oito Razões para Apoiar a Campanha da CPLP ***“Juntos Contra a Fome!”***

- Apoio a projetos efetivos e de reconhecida necessidade de erradicação da fome e da pobreza nas populações mais vulneráveis seleccionadas nos **Oito** países da CPLP;
- Oportunidade de contribuir de forma positiva para o Desenvolvimento Sustentável nas **Oito** sociedades da CPLP;
- Reforço dos negócios, ao contribuir para a estabilidade social e económica em qualquer dos **Oito** países da CPLP onde a actividade seja desenvolvida;
- Mobilização de trabalhadores e acionistas em torno de uma abordagem de cidadania ativa perante o desafio da erradicação da fome nos **Oito** países de Língua Portuguesa;
- Reforço da rede de contactos com empresas dos **Oito** países da CPLP com as mesmas preocupações sociais e éticas;
- Notoriedade perante as Presidências da República, Governos e tecido político no Espaço dos **Oito** Estados membros da CPLP;
- Grande exposição de Marca em diversos suportes de comunicação, com impacto muito além dos **Oito** países da CPLP;
- Reconhecimento pela comunidade internacional de um contributo responsável, concreto e solidário para o desenvolvimento das sociedades.

Contrapartidas de Visibilidade

A Campanha “*Juntos Contra a Fome na CPLP!*”, com LANÇAMENTO OFICIAL previsto para o mês de fevereiro de 2014, durante a Xª Reunião Extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP, em cerimónia solene com a presença de Sua Excelência o Presidente da Republica de Moçambique, será transmitida via satélite pelas televisões oficiais de todos Estados membro da CPLP, dando-se início ao período de Campanha. Neste intervalo de tempo, vão ser desenvolvidas diferentes iniciativas nesta temática nos vários Estados membros da CPLP, estimando-se, assim, chegar a um número muito significativo de pessoas até à data da Gala Final, prevista para o dia 16 de Outubro de 2014 – Dia Mundial da Alimentação.

O apoio a esta iniciativa deve ser encarado como uma forma de envolvimento ativo na sociedade, com um retorno de investimento efectivo. Pode, ainda, ser encarada como uma concretização na componente de Responsabilidade Social.

Os meios de promoção da campanha serão, também, meios de divulgação dos parceiros que tenham estrategicamente fixado o seu Apoio, podendo desta forma, ainda, promover e distinguir a sua atuação consolidando o reforço da marca.

É possível elencar os seguintes momentos e produtos de comunicação envolvidos na divulgação:

- *Logótipo na Peça Audiovisual de Promoção da Campanha*, emitida em diversos eventos da CPLP (Reuniões Ministeriais, Reuniões Técnicas, Conferências, Encontros, entre outros);
- *Logótipo no SPOT Televisivo da Campanha* nas televisões parceiras, até Outubro de 2014 (se elegível);
- *Logótipo no Portal de Campanha*, o qual se manterá *online* após a Gala Oficial_2014;
- Criação de *perfil em Redes Sociais* (Facebook, Twitter, **etc.**);
- Logótipo no Spot Televisivo da Campanha *em circuito Interno_CPLP* e na emissão de *webstreaming* institucional da CPLP;
- *Logótipo em Muppies* e outra publicidade estática;
- *Logótipo em Anúncio da Campanha na Imprensa Escrita* parceira da Campanha;
- *Inserção de Anúncio da Campanha na Revista CPLP (Julho de 2014)*;
- *Logótipo no (s) DVD (s) institucional da CPLP sobre a temática*;



- Logótipo nos convites para os eventos associados à Campanha;
- Possibilidade de ter um Spot Campanha personalizado para divulgação em canais próprios;
- Presença na Gala Final;
- Inserção em rúbrica no programa televisivo “Construindo a Comunidade”;
- Referência ao Apoio nas Notas Informativas enviadas aos Órgãos de Comunicação Social;
- Possibilidade de realizar sessão pública de apresentação de patrocínio.

Proposta em formatação:

Conferência sobre Responsabilidade Social na CPLP

Anexo 2 – Recomendações de Reunião de Altos Funcionários dos Ministérios do Interior e da Administração Interna da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Polícia, 9 de Abril de 2014



**Reunião de Altos Funcionários dos Ministérios do Interior e da Administração Interna da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - Polícia
9 de Abril de 2014³⁷**

- Polícia -

Recomendações

1º Ponto: *Promoção da Cooperação entre as Forças e os Serviços de Segurança dos Estados-membros, especialmente nas áreas de investigação criminal, combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, entre outras.*

Considerando que vivemos numa sociedade global e globalizante e que enfrentamos fenómenos criminais de natureza transnacional, é entendimento que a cooperação policial internacional constitui uma ferramenta fundamental para consolidar os mecanismos de prevenção e combate face a novos desafios securitários.

Considerando que o reforço e a consolidação dos atuais mecanismos eminentemente bilaterais poderão permitir uma evolução para a criação de mecanismos de cooperação de natureza multilateral.

Resultaram da discussão promovida as seguintes recomendações:

³⁷ Documento resultante do secretariat destas mesmas reuniões.

- Reforço e consolidação dos atuais mecanismos de cooperação, eminentemente bilaterais, para que se possa partir para uma colaboração mais multilateral.

- No âmbito da formação, a criação de curricula comuns para matérias específicas de atuação. Tendo em conta o elevado grau de exigência da matéria, sugere-se também a constituição de um grupo de trabalho para identificar as áreas temáticas suscetíveis de serem objeto de padronização e, se possível, delinear um plano de ação.

- No respeito pelas especificidades de cada Estado-membro, adoção dos mecanismos que visem a harmonização dos conteúdos e dos processos formativos.

2º Ponto *Criação do sítio da internet do Conselho dos Chefes de Polícia da CPLP*

Considerando que as novas TIC são uma ferramenta fundamental para a organização e funcionamento das organizações policiais (dimensão operacional e de apoio técnico à atividade operacional) e que estas podem ter uma especial importância na formação dos quadros policiais, é entendimento que a versão final do sítio da Internet do Conselho dos Chefes de Polícia da CPLP, desenvolvida e apresentada pela Polícia de Segurança Pública de Portugal, vai ao encontro das necessidades anteriormente apontadas.

Resultaram assim da discussão promovida as seguintes recomendações:

- Cada Estado-membro deve nomear nas suas organizações um responsável pela identificação dos conteúdos informativos suscetíveis de serem partilhados pelos Estados-membros da CPLP, sendo que, a PSP, numa fase inicial, continuará a ser a entidade responsável pela gestão dos conteúdos do sítio.

- Deve ser apresentado o trabalho final no fórum de Ministros do Interior e da Administração Interna.

- Reconhece-se a qualidade do trabalho desenvolvido pela Polícia de Segurança Pública de Portugal na criação e desenvolvimento do Sítio.

3º Ponto: *Criação de uma Comissão de Trabalho de Gestão Civil de Crises e atividades desenvolvidas*

Reitera-se que, em relação a este tema, sejam concretizadas as ações já acordadas na reunião de S. Tomé e constantes do memorando respetivo, nomeadamente a indicação do grupo de peritos responsáveis de cada país e a

redação de um memorando referente às experiências de cada Estado-membro em matéria de gestão civil de crises.

4º Ponto: *Promoção da pesquisa conjunta no domínio policial.*

Nos termos da Declaração de Maputo, que prevê o encorajamento e dinamização da inteligência policial no espaço da CPLP, promovendo a cooperação e pesquisa no domínio policial, é entendimento que se tem verificado um esforço comum na área da pesquisa e da troca permanente de informações policiais entre os Estados-membros, considerando-se que a utilização do sítio da CPLP será uma ferramenta potencializadora deste esforço de pesquisa conjunta.

5º Ponto: *Criação da Comissão de Segurança Aeroportuária (proposta da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública – Portugal)*

Reitera-se a importância do fomento da cooperação nas áreas da Segurança Aeroportuária, Trânsito e Segurança rodoviária de acordo com as propostas apresentadas pela PSP e pela GNR, respetivamente.

6º Ponto: *Diversos*

Considerando que na CPLP a área de Segurança Interna assume especial importância e que o desenvolvimento da cooperação policial multilateral exige um esforço acrescido de todas as partes, é entendimento que deverá ser apresentado no fórum de Ministros do Interior e da Administração Interna a necessidade de ser ponderada a possibilidade de criação de estruturas permanentes no Secretariado-Executivo da CPLP, de forma a assegurar a assessoria técnica qualificada na área da segurança interna, perspetiva *security* e *safety*, com vista a garantir o desenvolvimento e consolidação de propostas policiais de dimensão multilateral.

Sugere-se que seja ponderada a criação de um Regimento Interno do Conselho de Chefes de Polícia.

Tendo em atenção a decisão saída da 9.ª Reunião do Conselho de Chefes de Polícia, reitera-se ainda a necessidade urgente de confirmação por parte da República Democrática de Timor-Leste da data agendada para a realização da 10ª Reunião do Conselho de Chefes de Polícia da CPLP.

Anexo 3 – Questionário de perspectiva da campanha



Cara/o participante,

No âmbito da componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Estudos de Área, estou a desenvolver um relatório relativamente ao meu estágio na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com particular incidência na campanha “Juntos Contra a Fome”. Gostaria de pedir a sua colaboração para o preenchimento deste questionário. Não deverá demorar mais de 5 minutos.

A sua participação neste questionário providenciará informação relativamente à sua experiência e conhecimento sobre a campanha “Juntos Contra a Fome”. Procuro recolher a sua opinião pessoal. Para cada pergunta deverá apenas seleccionar uma das opções da escala. Se enganar-se numa resposta, pode simplesmente riscar a seleção equivocada e fazer outra seleção.

O questionário é confidencial, sendo que não será analisada nenhuma informação pessoal; todos os dados recolhidos irão ser processados de uma forma agregada. De forma a garantir a confidencialidade, entregue este questionário pessoalmente.

Quando tiver acabado o questionário e desejar entregá-lo prontamente, apenas tem que me contactar a avisar.

Se tiver alguma dúvida relativamente a este questionário e sua natureza não hesite em contactar-me.

Cordialmente,

Tomás Filipe Ramalhete
tom.ramalhete@gmail.com / tomas.ramalhete@cplp.org
(+351) 914975238

Obrigado pela sua participação.

Questionário de avaliação da campanha “Juntos Contra a Fome”

Envolvimento na campanha

Realizo regularmente tarefas da campanha.

☐

Já realizei tarefas da campanha, mas não o faço regularmente.

☐

Nunca realizei tarefas da campanha.

☐

Avaliação da campanha

	Discordo completamente	Discordo	Discordo ligeiramente	Não concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo completamente
São recolhidos dados e desenvolvidos relatórios de progresso suficientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É transmitida informação sobre a campanha de forma satisfatória	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A comunicação entre os diversos elementos da campanha é satisfatória	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há uma boa gestão e monitorização das atividades realizadas no âmbito da campanha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A campanha tem sido inovadora e tomado riscos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há um processo eficaz de planeamento da campanha em vigor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A campanha tem sido um sucesso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em comparação com campanhas com missão e objetivos parecidos com os da campanha, tenho uma opinião positiva da mesma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A campanha está a caminho de cumprir a sua missão/objetivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Comentários adicionais:

Anexo 4 – Análise da confiabilidade das variáveis CO e PO

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	28	87,5
	Excluded ^a	4	12,5
	Total	32	100,0

a. Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,590	2

Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	29	90,6
	Excluded ^a	3	9,4
	Total	32	100,0

a. Listwise deletion based on all variables in the procedure.

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,796	3

Anexo 5 – Médias de PO de acordo com envolvimento na campanha e análise Bonferroni de significância de envolvimento da campanha na variável PO

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Variável Composta de PO

Bonferroni

(I) Envolvimento na Campanha	(J) Envolvimento na Campanha	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
Realizo regularmente tarefas da campanha	Já realizei tarefas da campanha, mas não o faço regularmente	-,700	,462	,425	-1,88	,48
	Nunca realizei tarefas da campanha	-,548	,513	,887	-1,86	,77
Já realizei tarefas da campanha, mas não o faço regularmente	Realizo regularmente tarefas da campanha	,700	,462	,425	-,48	1,88
	Nunca realizei tarefas da campanha	,152	,532	1,000	-1,21	1,51
Nunca realizei tarefas da campanha	Realizo regularmente tarefas da campanha	,548	,513	,887	-,77	1,86
	Já realizei tarefas da campanha, mas não o faço regularmente	-,152	,532	1,000	-1,51	1,21

Anexo 6 – Correlações entre as variáveis

Correlations

		São recolhidos suficientes dados, e desenvolvidos suficientes relatórios de progresso	É transmitida informação da campanha de uma forma satisfatória	A comunicação entre os diversos elementos da campanha é satisfatória	Há uma boa gestão e monitorização das atividades realizadas no âmbito da campanha	A campanha tem sido inovadora e tomado riscos	Há um processo eficaz de planeamento da campanha em vigor	Variável Composta de PO
São recolhidos suficientes dados, e desenvolvidos suficientes relatórios de progresso	Pearson Correlation	1	,485**	,606**	,421*	,136	,543**	,395*
	Sig. (2-tailed)		,009	,001	,029	,491	,003	,038
	N	28	28	28	27	28	28	28
É transmitida informação da campanha de uma forma satisfatória	Pearson Correlation	,485**	1	,419*	,239	,395*	,360	,586**
	Sig. (2-tailed)	,009		,026	,229	,037	,060	,001
	N	28	28	28	27	28	28	28
A comunicação entre os diversos elementos da campanha é satisfatória	Pearson Correlation	,606**	,419*	1	,601**	,203	,479**	,370*
	Sig. (2-tailed)	,001	,026		,001	,290	,009	,048
	N	28	28	29	28	29	29	29
Há uma boa gestão e monitorização das atividades realizadas no âmbito da campanha	Pearson Correlation	,421*	,239	,601**	1	,273	,646**	,360
	Sig. (2-tailed)	,029	,229	,001		,161	,000	,060
	N	27	27	28	28	28	28	28
A campanha tem sido inovadora e tomado riscos	Pearson Correlation	,136	,395*	,203	,273	1	,231	,526**
	Sig. (2-tailed)	,491	,037	,290	,161		,227	,003
	N	28	28	29	28	29	29	29

Há um processo eficaz de	Pearson Correlation	,543**	,360	,479**	,646**	,231	1	,525**
planeamento da campanha	Sig. (2-tailed)	,003	,060	,009	,000	,227		,003
em vigor	N	28	28	29	28	29	29	29
	Pearson Correlation	,395*	,586**	,370*	,360	,526**	,525**	1
Variável Composta de PO	Sig. (2-tailed)	,038	,001	,048	,060	,003	,003	
	N	28	28	29	28	29	29	29

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Anexo 7 – Médias e desvios padrão das variáveis

Case Processing Summary						
	Cases					
	Included		Excluded		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
São recolhidos suficientes dados, e desenvolvidos suficientes relatórios de progresso	28	87,5%	4	12,5%	32	100,0%
É transmitida informação da campanha de uma forma satisfatória	28	87,5%	4	12,5%	32	100,0%
A comunicação entre os diversos elementos da campanha é satisfatória	29	90,6%	3	9,4%	32	100,0%
Há uma boa gestão e monotorização das atividades realizadas no âmbito da campanha	28	87,5%	4	12,5%	32	100,0%
A campanha tem sido inovadora e tomado riscos	29	90,6%	3	9,4%	32	100,0%
Há um processo eficaz de planeamento da campanha em vigor	29	90,6%	3	9,4%	32	100,0%
Variável Composta de PO	29	90,6%	3	9,4%	32	100,0%

Report							
	São recolhidos suficientes dados, e desenvolvidos suficientes relatórios de progresso	É transmitida informação da campanha de uma forma satisfatória	A comunicação entre os diversos elementos da campanha é satisfatória	Há uma boa gestão e monotorização das atividades realizadas no âmbito da campanha	A campanha tem sido inovadora e tomado riscos	Há um processo eficaz de planeamento da campanha em vigor	Variável Composta de PO
Mean	4,43	5,61	5,55	5,54	5,38	5,07	5,21
N	28	28	29	28	29	29	29
Std. Deviation	1,526	1,286	1,213	,999	1,293	1,223	1,089